



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras,
Relatórios dos Auditores Independentes, do Comitê de
Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal

2025

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
NOTAS EXPLICATIVAS	26
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	26
1.1 Análise de Recuperabilidade de Ativos Conduzida pela Nova Administração	27
1.2 Reapresentação dos saldos comparativos – Contratos de Concessão (ICPC 01 / CPC 47)...	28
1.3 Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas	29
1.4 PCH Pirapora	29
1.5 Usina Termelétrica Piratininga.....	30
1.6 Expansão de Geração de Energia Elétrica	30
1.7 Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário.....	31
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	32
2.1 Moeda Funcional e Base de Apresentação	32
2.2 Uso de Estimativas e Julgamentos	32
2.3 Base de Mensuração.	33
2.4 Demonstrações Financeiras Consolidadas	33
2.5 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).....	33
2.6 Informações por Segmento.....	34
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	34
3.1 Receita operacional	34
3.2 Receitas e despesas Financeiras	35
3.3 Previdência a Empregados.....	35
3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços.....	36
3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	36
3.6 Ativo contratual.....	37
3.7 Ativo reversível da concessão	38
3.8 Investimentos	39
3.9 Propriedades para investimento.....	39
3.10 Imobilizado	39
3.11 Intangível	40
3.12 Instrumentos financeiros	40
3.13 Redução ao valor recuperável de ativos.....	40

3.14	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	41
3.15	Novas normas e alterações emitidas em 2025	41
4.	REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS.....	42
4.1	Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024.....	42
4.2	Reconciliação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2024	44
4.3	Reconciliação da Demonstração de outros resultados abrangentes de 2024.....	44
4.4	Reconciliação do Fluxo de Caixa de 2024	45
4.5	Reconciliação da Demonstração do Valor Adicionado de 2024	46
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49
6.	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	51
7.	REVENDEDORES.....	51
8.	ADIANTAMENTOS	51
9.	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	52
9.1	IR E CSLL A RECUPERAR.....	53
10.	OUTROS CRÉDITOS.....	53
11.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	55
11.1	Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	55
11.2	Composição dos impostos diferidos	56
12.	CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS.....	57
13.	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA.....	58
14.	ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO.....	58
15.	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	59
16.	INVESTIMENTOS	60
17.	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	61
18.	IMOBILIZADO	63
19.	ARRENDAMENTO	65
20.	FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS	66
21.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	66
22.	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.....	74
22.1	Contingências – Possibilidade de Perda Provável	74
22.2	Contingências – Probabilidade de Perda Possível.....	75
22.3	Ativos Contingentes.....	76
23.	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR.....	76
24.	PASSIVO DE CONTRATO	77
25.	OUTRA OBRIGAÇÃO	78

26.	OUTROS PASSIVOS	78
27.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	78
27.1	Operações financeiras com a Milos Participações Ltda.....	79
27.2	Ativo financeiro Sabesp	79
27.3	Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora.....	80
27.4	Remuneração do Pessoal Chave da Administração.....	81
28.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	81
28.1	Capital Social.....	81
28.2	Resultado por Ação – Básico e Diluído.....	82
28.3	Destinação do Resultado Líquido do Exercício.....	83
28.4	Dividendo por Ação	83
28.5	Mutações das Reservas de Capital.....	84
28.6	Mutações das Reservas de Lucros	84
28.7	Mutações de Outros Resultados Abrangentes.....	84
28.8	Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio	85
29.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	85
29.1	Conciliação da Receita Operacional Líquida.....	85
29.2	Energia Elétrica Vendida	86
29.3	Rendas da Prestação de Serviços.....	86
29.4	Outras Receitas.....	87
30.	CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	88
30.1	Controladora	88
30.2	Consolidado.....	89
31.	RESULTADO FINANCEIRO.....	90
32.	SEGUROS	91
33.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	92
34.	GERENCIAMENTO DE RISCOS	92
35.	COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	99
36.	ALTERAÇÕES NÃO CAIXA	100
37.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	100
	MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	102
	DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	104
	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	105
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	106

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2025 foi marcado por uma transição estrutural na EMAE. Em janeiro de 2026, consumou-se a aquisição do controle acionário pela Sabesp, seguida da reorganização da governança e da Administração da Companhia a partir de fevereiro.

Desde sua posse, a nova Administração priorizou a compreensão aprofundada da situação patrimonial, contábil e operacional herdada. Para tanto, foram conduzidas, com o apoio de assessores independentes, uma diligência contábil-financeira e revisão independente, com escopo voltado às rubricas e transações de maior materialidade dos exercícios anteriores. As conclusões desses trabalhos encontram-se refletidas nestas demonstrações financeiras, com destaque para (i) a adoção, para os contratos de concessão das usinas cotistas, de interpretação técnica aplicável, com a reapresentação retroativa correspondente, e (ii) a redução ao valor recuperável de ativos reconhecidos cuja recuperação, à luz das evidências disponíveis, é considerada improvável.

A EMAE é titular de ativos de armazenamento hídrico e de geração hidrelétrica estratégicos para São Paulo e para o Brasil. Historicamente, o volume de investimentos realizados mostrou-se insuficiente para assegurar, em padrão adequado, a continuidade operacional de longo prazo e as melhores práticas socioambientais e de segurança operacional. Para subsidiar um diagnóstico preciso do estado dos ativos, dos riscos associados e das adequações necessárias, foi iniciada diligência técnica com consultoria especializada em estruturas civis e eletromecânicas de usinas hidrelétricas, elevatórias e barragens. A partir de suas conclusões, será estruturado um plano plurianual de investimentos, de porte superior ao dos ciclos anteriores, sujeito às aprovações regulatórias e de governança aplicáveis.

A nova Administração buscará ampliar a confiabilidade, a eficiência e o valor dos ativos de geração de energia da EMAE, com foco na modernização das usinas, na segurança operacional e na disciplina de capital. O melhor aproveitamento do parque gerador será avaliado com rigor técnico, econômico, ambiental e regulatório, observadas as aprovações de governança aplicáveis.

Registramos, por fim, nosso reconhecimento ao corpo de colaboradores da EMAE, cuja dedicação é essencial para esta nova fase da Companhia.

Carlos Augusto Leoni Piani

Presidente do Conselho de Administração

Rafael Costa Strauch

Diretor-Presidente

CONTEXTO OPERACIONAL

A EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. é uma companhia aberta com ações ordinárias (EMAEE3) e preferenciais (EMAEE4) negociadas na B3, tendo por objeto o planejamento, a construção, a operação e a manutenção de sistemas de geração de energia elétrica localizadas no Estado de São Paulo.

O exercício de 2025 foi marcado por uma transformação estrutural na EMAE. Em janeiro de 2026, a SABESP concluiu a aquisição do controle acionário da Companhia, atingindo aproximadamente 98,07% do capital votante e 79,31% do capital social total em 13 de março de 2026. Em fevereiro de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária elegeu nova liderança estatutária, com Carlos Piani na presidência do Conselho de Administração, Rafael Costa Strauch como Diretor-Presidente, Pedro Borges Petersen na Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Administrativa, Valéria Silva Campos na Diretoria Jurídica e Fernando Luís Fernandes na Diretoria de Operações.

A nova Administração conduziu revisão abrangente, com apoio de assessores especializados, que resultou em reapresentação dos saldos comparativos para os contratos de concessão das usinas cotistas, reapresentação dos comparativos de 2024, conforme apresentado nas notas explicativas e constituição de estimativa de perda sobre ativos financeiros que venceram entre o último trimestre de 2025 e o início de 2026, identificados como de recuperação incerta. Esses efeitos concentram os impactos não recorrentes do exercício e são descritos nas seções a seguir.

DESTAQUES

Operacionais¹	2025	2024 <small>Reapresentado</small>	Δ
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (GWh)	882,2	1.168,3	-24,5%
Econômico-financeiros (R\$ milhões)			
Receita Operacional Bruta	528,1	578,8	-8,8%
Receita Operacional Líquida	476,9	522,4	-8,7%
Custo do serviço de energia elétrica	(253,1)	(388,9)	-34,9%
Lucro operacional bruto	223,7	133,5	+67,6%
Despesas gerais e administrativas	(302,8)	(140,7)	+115,3%
Outras receitas e despesas	(265,8)	(56,3)	+371,9%
EBITDA	(327,2)	(53,0)	n.m.
EBITDA Ajustado	160,3	170,3	-5,9%
Margem EBITDA Ajustada	34%	33%	+1 p.p.
Resultado financeiro	121,9	79,7	+52,9%
Lucro (prejuízo) líquido	(133,4)	29,1	n.m.
Patrimônio líquido	594,8	763,9	-22,1%
Caixa e equivalentes	379,9	311,3	+22,1%
Indicadores de Capital Humano			
Número de empregados	321	260	+23,5%
Receita líquida por empregado	1,49	2,01	-25,8%

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional bruta totalizou R\$ 528,1 milhões, recuo de 8,8% em relação aos R\$ 578,8 milhões registrados no exercício anterior. A principal variação ocorreu na linha de receitas relativas à construção de ativos da concessão, que recuou de R\$ 177,4 milhões para R\$ 106,6 milhões, decorrente do menor volume de investimentos nas usinas sob concessão.

¹ Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como dados contratuais, volume de energia registrada na CCEE e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e conseqüentemente não foram auditados.

A receita de cotas de energia elétrica cresceu 1,3% para R\$ 306,8 milhões, saindo de R\$ 302,9 milhões no exercício anterior, refletindo o reajuste anual da RAG e a manutenção do desempenho operacional das usinas do Complexo Henry Borden, Rasgão e Porto Góes. Outras receitas cresceram 31,9%, de R\$ 43,1 milhões para R\$ 56,9 milhões, impulsionadas principalmente pelos recebimentos do aluguel do terreno onde está instalada a termelétrica da Petrobras e pela cessão de áreas adjacentes à Usina Elevatória São Paulo, cujas parcelas de outorga fixa são reconhecidas mensalmente.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 476,9 milhões, redução de 8,7% frente a R\$ 522,4 milhões no exercício anterior.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O custo do serviço de energia elétrica totalizou R\$ 253,1 milhões, redução de 34,9% sobre os R\$ 388,9 milhões de 2024. A variação reflete principalmente a redução do custo de construção dos ativos da concessão de R\$ 134,4 milhões para R\$ 84,6 milhões, decorrente do menor volume de investimentos nas usinas sob concessão.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 302,8 milhões, crescimento de 115,3% sobre os R\$ 140,7 milhões de 2024. Os principais vetores foram:

- Serviços de terceiros avançaram 47,3%, de R\$ 98,7 milhões para R\$ 145,6 milhões, refletindo principalmente os contratos de assessoria especializada contratados no contexto da transição de controle estatal para a gestão privada anterior, além do reforço em serviços de manutenção nas usinas cotistas.
- Pessoal, incluindo administradores, totalizou R\$ 152,8 milhões, crescimento de 5,3% sobre os R\$ 145,0 milhões de 2024, incorporando o registro de acordos de desligamento incentivado, remuneração de administradores e novas contratações decorrentes de reposição do quadro de pessoal de 260 empregados em 2024 para 321 em 2025.
- Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários registrou saldo positivo de R\$ 57,1 milhões em 2025 frente a R\$ 26,5 milhões no exercício anterior, principalmente em decorrência de decisão favorável em ação relativa ao racionamento de energia de 2001.
- O IPTU avançou de R\$ 15,7 milhões para R\$ 20,3 milhões, reflexo de reavaliação da base de cálculo incidente sobre os imóveis da Companhia, com contestação administrativa em andamento para os imóveis mais relevantes.
- Os seguros aumentaram de R\$ 1,2 milhão para R\$ 8,6 milhões, com a retomada da apólice de cobertura de riscos operacionais.

RESULTADO OPERACIONAL E OUTRAS DESPESAS

O lucro operacional bruto foi de R\$ 223,7 milhões em 2025, frente a R\$ 133,5 milhões em 2024, expansão de 67,6% refletindo a redução do custo do serviço descrita acima. Após as despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas, o prejuízo antes do resultado financeiro totalizou R\$ 344,9 milhões, frente ao prejuízo de R\$ 63,5 milhões em 2024.

A linha de outras receitas e despesas registrou saldo negativo de R\$ 265,8 milhões em 2025, contra R\$ 56,3 milhões no exercício anterior. O principal componente é a perda estimada na realização de operações não recorrentes de R\$ 311,0 milhões, constituída após análise de recuperabilidade conduzida no contexto da revisão independente. Esse montante atualizado compreende: (i) provisão integral sobre aplicações em CDBs emitidos pelo Letsbank, instituição submetida a liquidação extrajudicial pelo Banco Central, no montante de R\$ 143,8 milhões (Nota 5b); (ii) provisão sobre instrumentos financeiros de compra de valores mobiliários a termo totalizando no consolidado R\$ 86 milhões (Nota 15); (iv) ativo financeiro relativo à direito creditório no montante de R\$ 26,3 milhões (Nota 15); contrato de mútuo com parte relacionada R\$ 11,6 milhões (Nota 27.1); e (v) provisão sobre adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 43,2 milhões (Nota 8), todos integralmente provisionados em razão de elementos identificados na revisão que comprometem a recuperação dos valores ou a entrega dos serviços contratados.

Adicionalmente, foram reconhecidos no exercício ajustes patrimoniais decorrentes da revisão independente no montante de R\$ 48,8 milhões, dos quais R\$ 22,7 milhões correspondem à baixa de créditos de ICMS de períodos anteriores e R\$ 1,8 milhão à baixa de itens de almoxarifado.

Os demais R\$ 24,3 milhões referem-se a impairment de ativo imobilizado da UTE Piratininga. Com o término do contrato de arrendamento, a Companhia recebeu o ativo fora de operação comercial e em condições que não permitem a recuperação do saldo contábil não depreciado, o que motivou também o provisionamento de R\$ 10,0 milhões para desmobilização parcial da usina, voltada à preservação da segurança na área operacional. Como contraprestação ao recebimento do ativo nessas condições, a Companhia recebeu da arrendatária indenização reparatória de R\$ 226,2 milhões pelo término do contrato. Somado ao valor de R\$ 9,7 milhões recebido pela desapropriação de terreno em Santana de Parnaíba, a linha indenizações e desapropriações totalizou R\$ 235,9 milhões no exercício.

O ajuste a valor justo das propriedades para investimento "Bota Fora 14" e "Edifício Augusta" impactou negativamente em R\$ 135,1 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 121,9 milhões, expansão sobre os R\$ 79,7 milhões de 2024. A variação decorre principalmente da atualização monetária de créditos a recuperar reconhecidos em razão de revisões de natureza contábil adotadas no exercício. Esse resultado é majoritariamente não caixa no curto prazo, condicionado à efetiva realização dos respectivos saldos.

RESULTADO LÍQUIDO

O prejuízo do exercício foi de R\$ 133,4 milhões, contra lucro de R\$ 29,1 milhões em 2024, influenciado pelos efeitos não recorrentes descritos acima. O imposto de renda e contribuição social diferidos geraram crédito de R\$ 107,4 milhões, mitigando parcialmente o impacto, enquanto o IR e CSLL correntes somaram R\$ 17,8 milhões.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

Consolidado (R\$ milhões)	2025	2024 reapresentado	Δ%
Receita Operacional Líquida	476,9	522,4	-8,7%
Custo	(536,1)	(515,5)	n.m.
Despesas Operacionais	(11,4)	(4,5)	n.m.
Outras Receitas e Despesas	(256,5)	(55,4)	n.m.
EBITDA	(327,1)	(53,0)	n.m.
% ROL	(69%)	(10%)	(60p.p.)
Ajustes			
Perda estimada - revisão independente	311,0	-	
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	135,1	-	
Outros ajustes não recorrentes ²	43,8	54,9	
Indenização reparatória Petrobras (encerramento UTE)	(226,2)	-	
GAG Melhoria	161,9	138,8	
Custo de construção	84,6	134,4	
Receitas de construção	(106,6)	(177,4)	
Reversão líquida de provisões	51,3	17,6	
Plano de Desligamento Incentivado (PDI)	29,5	35,5	
Previdência complementar (CPC 33)	21	30,5	
Outras receitas e despesas	(18)	(11)	
Ajustes Totais	487,4	223,3	
EBITDA Ajustado	160,3	170,3	(5,9%)
% ROL Ajustado	34%	33%	1p.p.

O EBITDA Ajustado consolidado foi positivo em R\$ 160,3 milhões em 2025, redução de 5,9% sobre os R\$ 170,3 milhões de 2024, com margem de 34% sobre a receita operacional líquida, expansão de 1 ponto percentual em relação aos 33% do exercício anterior. A estabilidade do EBITDA Ajustado em patamar próximo de R\$ 160 milhões.

² Compreende impairment de ativo imobilizado da UTE Piratininga, baixa de créditos de ICMS de períodos anteriores, baixa de itens de almoxarifado e despesa estimada para desmobilização parcial da UTE Piratininga.

BALANÇO PATRIMONIAL E POSIÇÃO FINANCEIRA

O ativo total encerrou o exercício em R\$ 1.769,9 milhões, recuo de 1,9% sobre os R\$ 1.804,3 milhões de 31 de dezembro de 2024 reapresentado.

O caixa e equivalentes cresceu 22,1%, de R\$ 311,3 milhões para R\$ 379,9 milhões, refletindo o recebimento de parcelas da outorga da concessão de áreas e aluguéis.

O IR e CSLL a recuperar somou R\$ 303,8 milhões no total entre circulante e não circulante, frente a R\$ 213,4 milhões em 2024, em decorrência dos pedidos de restituição e compensação relativos à reapuração de tributos de exercícios anteriores, corrigidos mensalmente pela taxa SELIC.

O passivo de contrato encerrou em R\$ 626,9 milhões no não circulante, crescimento de R\$ 71,2 milhões sobre os R\$ 555,8 milhões de 2024, refletindo a diferença acumulada entre os recebimentos da parcela GAG Melhoria da RAG e as receitas de construção reconhecidas pelo método do custo acrescido de margem.

O patrimônio líquido encerrou em R\$ 594,8 milhões, recuo de R\$ 169,1 milhões sobre os R\$ 763,9 milhões de 2024 ajustado, explicado pelo prejuízo do exercício de R\$ 133,4 milhões e pela variação negativa em outros resultados abrangentes de R\$ 35,7 milhões decorrente de alteração de hipóteses para reavaliação atuarial dos subplanos de benefícios definidos.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em face do prejuízo do exercício, não há proposta de distribuição de dividendos.

REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

No contexto da diligência conduzida pela nova Administração, a Companhia reapresentou os saldos comparativos para o reconhecimento e mensuração das receitas, ativos e passivos decorrentes dos contratos de concessão das usinas cotistas. A Administração entende que a mudança proporciona uma representação aprimorada da essência econômica e dos termos do contrato de concessão, estando em conformidade com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e o CPC 47 / IFRS 15.

A Companhia explora concessões no regime de cotas cujas características operacionais e jurídicas são singulares ao seu modelo de negócio. Tal regime estabelece condições específicas que se diferenciam das estruturas convencionais de mercado, não sendo abordado de forma explícita e detalhada no conjunto das normas contábeis vigentes no Brasil (CPCs) e internacionais (IFRS).

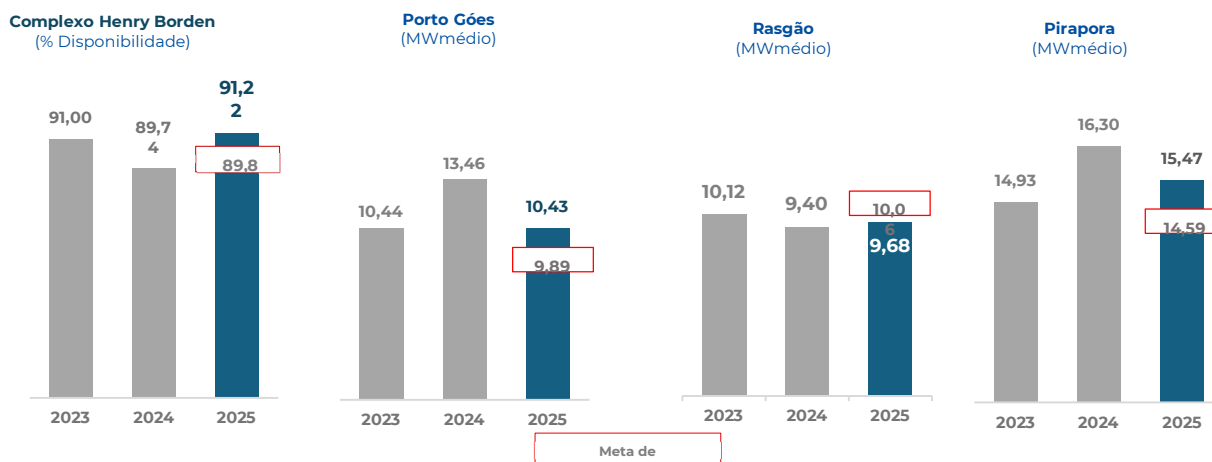
Sob a ótica da reapresentação dos saldos comparativos, foram identificadas duas obrigações de desempenho distintas: construção e melhoria da infraestrutura, remunerada via GAG Melhoria, com receita reconhecida pelo método do custo incorrido acrescido do WACC regulatório como margem; e operação e manutenção, remunerada pelas demais parcelas da RAG. Em razão da reapresentação, com o suporte da assessoria independente, o efeito foi aplicado retrospectivamente desde julho de 2018 aos saldos comparativos de 2024, nos termos do CPC 23/IAS 8. Os efeitos detalhados sobre cada rubrica das demonstrações financeiras estão demonstrados em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

PADRÃO DE QUALIDADE DA GERAÇÃO

Durante o exercício de 2025, a EMAE avançou com ações visando a eficiência, confiabilidade e gestão de ativos. A Operação e Manutenção avançou conforme o plano de modernização, com mais de 250 reparos em equipamentos críticos e a atualização de seis unidades geradoras (361 MW), visando o aumento da disponibilidade das usinas para atendimento aos indicadores de desempenho das usinas estabelecidos pelo órgão regulador, os resultados foram:

- Complexo Henry Borden: disponibilidade de 91,22%, superior à meta regulatória de 89,87%.
- Porto Góes: geração média de 10,43 MW, acima da meta de 9,89 MW.
- Rasgão: geração média de 9,68 MW, inferior à meta de 10,06 MW em razão de paralisação programada para completa modernização de unidades.

- Pirapora: geração média de 15,47 MW, superando a meta de 14,59 MW.



DIVERSIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO

Em cumprimento ao art. 133-A da Lei nº 6.404/1976, introduzido pela Lei nº 15.177/2025, a Administração apresenta os indicadores de equidade de gênero referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a comparação com o exercício anterior. Os dados abrangem o quadro de empregados próprios ativos em 31 de dezembro de cada exercício, excluídos estagiários e prestadores de serviço de terceiros.

I. Composição do quadro por nível hierárquico

Quantidade total e de mulheres, com percentual, para 2024 e 2025 (níveis: diretoria executiva, gerência, coordenação/supervisão, analistas/especialistas/técnicos, operacional/administrativo).

Nível hierárquico	Total 2025	Mulheres 2025	2025 %	Total 2024	Mulheres 2024	2024 %
Diretoria executiva	5	3	60%	5	2	40%
Gerência	21	7	33%	16	5	31%
Coordenação / supervisão	35	5	14%	36	4	11%
Analistas / especialistas / técnicos	88	34	39%	43	8	19%
Operacional / administrativo	172	7	4%	160	7	4%
Total geral	321	56	17%	260	26	10%

II. Mulheres em cargos da administração

Conselho de administração, diretoria executiva e conselho fiscal, membros totais e mulheres, para 2024 e 2025.

Órgão	2025			2024		
	Membros	Mulheres	2025 %	Membros	Mulheres	2024 %
Conselho de administração	8	1	13%	11	0	0%
Diretoria executiva	5	3	60%	5	2	40%
Conselho fiscal (titulares)	3	0	0%	0	0	0%
Total	16	4	25%	16	2	13%

III. Remuneração média por sexo e componente (R\$)

Nível hierárquico	2025			2024		
	Rem - H	Rem - M	Razão M/H	Rem - H	Rem - M	Razão M/H
Diretoria executiva	R\$ 70.000	R\$ 80.000	114%	R\$ 76.667	R\$ 90.000	117%
Gerência	R\$ 29.869	R\$ 27.041	91%	R\$ 29.479	R\$ 28.151	95%
Coordenação / supervisão	R\$ 16.952	R\$ 18.609	110%	R\$ 15.417	R\$ 23.772	154%
Analistas / especialistas / técnicos	R\$ 10.953	R\$ 8.426	77%	R\$ 14.732	R\$ 15.653	106%
Operacional / administrativo	R\$ 7.240	R\$ 6.471	89%	R\$ 7.780	R\$ 8.093	104%

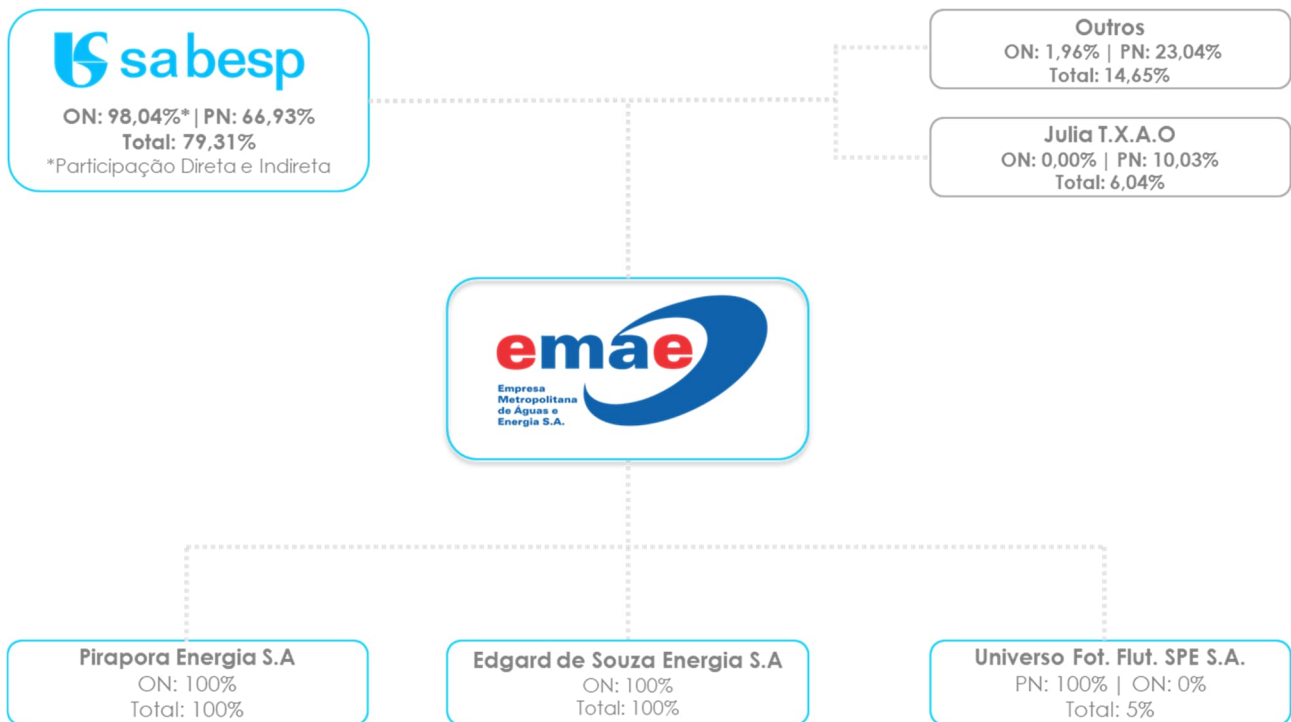
A remuneração dos membros estatutários está detalhada no Formulário de Referência - Item 8.

IV - Evolução comparativa dos indicadores

Indicador	2025	2024	Var. (p.p.)
Proporção de mulheres - gerência ou superior	38%	33%	5%
Proporção de mulheres - cargos estatutários	25%	13%	13%
Razão remuneração fixa média (M/H) - total	142%	195%	-54%
Proporção de mulheres - quadro total	17%	10%	7%

ESTRUTURA DE CONTROLE

Empresa de capital aberto com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa Balcão, sob os códigos EMAE3 (ações ordinárias - ON) e EMAE4 (ações preferenciais - PN).



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado			Reapresentado		
		31.12.25	31.12.24	01.01.24	31.12.25	31.12.24	01.01.24
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	357.585	288.306	412.344	379.911	311.326	426.282
Aplicações financeiras.....	6	-	17.090	-	-	17.090	-
Revendedores.....	7	40.356	40.029	42.003	46.029	45.561	47.269
Adiantamentos.....	8	-	35.000	-	-	35.000	-
IR e CSLL a recuperar.....	9.1	37.218	499	1.205	36.280	499	889
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	9	8.336	11.410	7.642	8.537	11.457	7.642
Estoque.....		-	2.054	1.826	-	2.054	1.826
Despesas antecipadas.....		7.723	6.791	396	7.913	6.807	413
Arrendamento UTE Piratininga.....		-	-	144.576	-	-	144.576
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	27.2	9.515	9.135	8.708	9.515	9.135	8.708
Cauções e depósitos vinculados.....	12	277	486	232	717	490	232
Outros créditos.....	10	13.173	11.020	8.965	6.391	2.786	1.457
		474.183	421.820	627.897	495.293	442.205	639.294
Ativo não circulante mantido para venda.....	13	-	229.983	255.400	-	229.983	255.400
		474.183	651.803	883.297	495.293	672.188	894.694
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
IR e CSLL a recuperar.....	9.1	267.575	239.175	186.045	267.575	239.175	186.045
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	9	57.996	51.407	49.742	57.996	51.407	49.742
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	27.2	106.113	89.401	87.813	106.113	89.401	87.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	41.513	-	-	41.513	-	-
Cauções e depósitos vinculados.....	12	61.146	60.330	57.723	61.180	60.330	57.723
Ativo reversível da concessão.....	14	195.374	195.374	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	16	155.181	156.090	298.007	-	-	146.220
Propriedades para investimento.....	17	316.589	221.695	-	316.589	221.695	-
Imobilizado.....	18	74.237	119.584	76.907	209.108	256.442	217.926
Intangível.....		19.251	18.353	16.523	19.251	18.353	16.556
		1.294.975	1.151.409	968.134	1.274.699	1.132.177	957.399
TOTAL DO ATIVO.....		1.769.158	1.803.212	1.851.431	1.769.992	1.804.365	1.852.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
	Reapresentado			Reapresentado		
	31.12.25	31.12.24	01.01.24	31.12.25	31.12.24	01.01.24
CIRCULANTE						
Folha de pagamento.....	5.968	2.401	3.542	5.968	2.401	3.542
Obrigações estimadas - folha de pagamento..... 20	22.931	10.811	16.405	22.931	10.811	16.405
Benefícios pós-emprego, previdência complementar..... 21	35.601	71.641	80.570	35.601	71.641	80.570
Fornecedores.....	27.911	5.399	4.639	28.504	5.930	5.136
Tributos e contribuições sociais.....	7.465	7.444	8.065	7.697	8.058	8.222
Arrendamento a pagar..... 19	1.017	-	-	1.017	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.653	3.532	31.586	3.653	3.532	31.586
Encargos de uso da rede elétrica.....	170	170	170	170	170	170
Outra obrigação..... 25	636	636	626	636	636	626
Obrigações Especiais - RGR..... 23	1.800	1.801	1.800	1.800	1.801	1.800
Obrigações Setoriais.....	5.420	3.853	4.041	5.429	3.861	4.049
Passivo de contrato..... 24	36.882	30.875	28.302	36.882	30.875	28.302
Outros passivos..... 26	10.836	7.109	3.897	10.836	7.109	3.897
	160.290	145.672	183.643	161.124	146.825	184.305
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Arrendamento a pagar..... 19	2.964	-	-	2.964	-	-
Benefícios pós-emprego, previdência complementar..... 21	236.180	148.603	277.551	236.180	148.603	277.551
Imposto de renda e contribuição social diferidos..... 11.2	-	84.263	66.778	-	84.263	66.778
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... 22.1	174.066	122.777	105.199	174.066	122.777	105.199
Outra obrigação..... 25	9.963	10.589	11.223	9.963	10.589	11.223
Passivo de contrato..... 24	590.104	524.876	509.445	590.104	524.876	509.445
Obrigações Especiais - RGR..... 23	-	1.798	3.599	-	1.798	3.599
Obrigações Setoriais.....	769	769	769	769	769	769
	1.014.046	893.675	974.564	1.014.046	893.675	974.564
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social..... 28.1	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital..... 28.5	230.832	364.188	387.130	230.832	364.188	387.130
Outros resultados abrangentes..... 28.7	78.579	114.266	42.865	78.579	114.266	42.865
Reservas de lucros..... 28.6	-	-	373.083	-	-	373.083
Prejuízos acumulados.....	-	-	(395.265)	-	-	(395.265)
	594.822	763.865	693.224	594.822	763.865	693.224
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.769.158	1.803.212	1.851.431	1.769.992	1.804.365	1.852.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
		Reapresentado		Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	425.133	475.061	476.851	522.420
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	30	(239.807)	(372.945)	(253.112)	(388.965)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		185.326	102.116	223.739	133.455
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	30	(302.849)	(140.675)	(302.849)	(140.675)
Outras receitas e (despesas).....	30	(254.012)	(56.284)	(265.785)	(56.284)
Equivalência Patrimonial em controlada.....	16	27.881	31.113	-	-
		(528.980)	(165.846)	(568.634)	(196.959)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(343.654)	(63.730)	(344.895)	(63.504)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	31	109.286	60.403	113.712	62.319
Despesas.....	31	(4.434)	(480)	(4.471)	(481)
Variações monetárias líquidas.....	31	12.667	17.908	12.667	17.908
		117.519	77.831	121.908	79.746
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(226.135)	14.101	(222.987)	16.242
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente.....	11.1/11.2	(14.613)	(4.266)	(17.761)	(6.407)
Diferido.....	11.1/11.2	107.392	19.297	107.392	19.297
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.2	(133.356)	29.132	(133.356)	29.132
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores e não controladores.....		(133.356)	29.132	(133.356)	29.132
RESULTADO BÁSICO POR:					
Ação preferencial.....	28.2	(3,74)	R\$ 0,82		
Ação ordinária.....	28.2	(3,40)	R\$ 0,74		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
		Reapresentado
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	(133.356)	29.132
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de elementos do Passivo.....	(54.071)	108.183
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	18.384	(36.782)
Total do resultado abrangente do exercício.....	(169.043)	100.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo Em 31 de dezembro de 2025 E 2024 | Valores expressos em milhares de reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		RESERVAS DE LUCRO			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	AJUSTES DE ELEMENTOS DO ATIVO	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS	RESERVA PARA CONTINGÊNCIA		
Saldos originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2023.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(200.652)	49.305	222.387	101.391	-	1.088.489
Reapresentação - Nota 4.....									(395.265)	(395.265)
Saldo de abertura em 01 de janeiro de 2024 ajustado.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(200.652)	49.305	222.387	101.391	(395.265)	693.224
Ganhos atuariais líquidos do efeito tributário.....	-	-	-	-	71.401	-	-	-	-	71.401
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.892)	(29.892)
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	-	2.735	-	-	(2.735)	-
Reserva para contingência.....	-	-	-	-	-	-	-	22.097	(22.097)	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	29.132	29.132
Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros.....	-	-	-	-	-	(52.040)	(222.387)	(123.488)	397.915	-
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de capital.....	-	(22.942)	-	-	-	-	-	-	22.942	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 ajustado.....	285.411	360.676	3.512	243.517	(129.251)	-	-	-	-	763.865
Perdas atuariais líquidas do efeito tributário.....	-	-	-	-	(35.687)	-	-	-	-	(35.687)
Prejuízo líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.356)	(133.356)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de capital.....	-	(133.356)	-	-	-	-	-	-	133.356	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	285.411	227.320	3.512	243.517	(164.938)	-	-	-	-	594.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	Reapresentado		Reapresentado	
Atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	(133.356)	29.132	(133.356)	29.132
Resultado de equivalência patrimonial.....	(27.881)	(31.113)	-	-
Depreciação/ amortização.....	13.268	5.981	17.751	10.496
Baixas.....	21.390	877	21.390	877
Despesa de entidade de plano de previdência.....	20.974	30.489	20.974	30.489
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	155.869	-	167.658	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	52.631	26.460	52.631	26.460
IR e CSLL.....	(59.177)	12.576	(57.054)	14.192
Ganho na alienação de bens e direitos.....	(2.648)	(2.820)	(2.648)	(2.820)
Ajuste a valor justo - Elementos do Ativo.....	135.089	(50.059)	135.089	(50.058)
Impairment Usina Termoeletrica Piratininga.....	24.293	-	24.293	-
Juros remuneratórios - outros ativos financeiros.....	(17.555)	-	(19.344)	-
Write-off encerramento contrato de arrendamento UTP.....	-	96.831	-	96.831
Indenização reparatória Arrendamento UTP.....	(226.219)	-	(226.219)	-
Outros.....	(38.957)	(22.391)	(38.957)	(22.390)
Variações nos ativos e passivos				
Revendedores.....	(327)	1.974	(468)	1.708
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(26.222)	(5.433)	(26.376)	(5.480)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(65.119)	(52.423)	(64.181)	(52.739)
Adiantamentos.....	(5.780)	(35.000)	(5.780)	(35.000)
Estoques.....	-	13	-	13
Despesas antecipadas.....	(932)	-	(1.106)	-
Cauções e depósitos vinculados.....	(607)	711	(1.077)	707
Sabesp.....	10.289	9.754	10.289	9.754
Outros créditos.....	(3.103)	(1.138)	(3.787)	(1.329)
Folha de pagamento.....	3.567	(1.142)	3.567	(1.142)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	12.120	(5.594)	12.120	(5.594)
Contribuições para o plano de previdência.....	(23.508)	(60.184)	(23.508)	(60.184)
Fornecedores.....	22.512	760	22.574	794
Tributos e contribuições sociais.....	21	(3.455)	(361)	(2.998)
Arrendamento.....	3.646	-	3.646	-
Obrigações setoriais.....	1.567	(189)	1.568	(188)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(1.342)	(8.882)	(1.342)	(8.882)
Passivo de contrato.....	71.235	18.005	71.235	18.004
Obrigações especiais - RGR.....	(1.799)	(1.801)	(1.799)	(1.801)
Outros.....	3.727	3.212	3.727	3.212
	(82.334)	(44.849)	(38.851)	(7.936)
Dividendos recebidos.....	29.558	25.893	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(48.215)	(31.873)	(50.338)	(33.488)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(100.991)	(50.829)	(89.189)	(41.424)

Atividades de investimento				
Aplicações financeiras.....	17.090	(17.090)	17.090	(17.090)
Aquisição de imobilizado.....	(9.991)	(18)	(12.487)	(341)
Aquisição de intangível.....	(2.469)	(3.840)	(2.469)	(3.840)
Outros ativos financeiros.....	(63.000)	-	(73.000)	-
Mútuo com parte relacionada.....	(10.000)	-	(10.000)	-
Indenizações - desapropriações.....	9.652	31	9.652	31
Recebimento indenização reparatória arrendamento UTP.....	226.219	-	226.219	-
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	2.648	2.820	2.648	2.820
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	170.149	(18.097)	157.653	(18.420)
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	121	(55.112)	121	(55.112)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	121	(55.112)	121	(55.112)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	69.279	(124.038)	68.585	(114.956)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	288.306	412.344	311.326	426.282
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	357.585	288.306	379.911	311.326
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	69.279	(124.038)	68.585	(114.956)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	Reapresentado		Reapresentado	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	367.799	352.258	421.476	401.412
Outras receitas.....	71.588	(56.284)	71.604	(56.284)
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa.....	(301.501)	183	(313.290)	183
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão.....	106.639	177.408	106.638	177.408
	244.525	473.565	286.428	522.719
Menos:				
Insumos				
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	24	-	230
Custo de construção dos ativos da concessão.....	84.628	134.442	84.628	134.442
GSF (Garantia física).....	-	-	2.329	2.228
Encargos de uso da rede elétrica.....	46.114	50.168	46.809	50.858
Serviços de terceiros.....	143.253	96.238	145.564	98.749
Materiais.....	2.701	4.318	2.752	4.393
Outros custos operacionais.....	55.736	30.614	56.281	31.158
	332.432	315.804	338.363	322.058
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	(87.907)	157.761	(51.935)	200.661
TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01.....	(24.293)	-	(24.293)	-
DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(13.266)	(5.982)	(17.749)	(10.496)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	(125.466)	151.779	(93.977)	190.165
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	109.286	60.403	113.712	62.319
Equivalência Patrimonial.....	27.881	31.113	-	-
Variações monetárias líquidas.....	12.667	17.908	12.668	17.908
	149.834	109.424	126.380	80.227
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	24.368	261.203	32.403	270.392
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	129.281	112.933	131.448	116.938
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	20.975	30.489	20.975	30.489
F.G.T.S.....	7.643	11.897	7.781	12.151
	157.899	155.319	160.204	159.578
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	5.777	6.778	5.777	6.778
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.540	1.571	1.647	1.674
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.287	4.395	4.287	4.395
	11.604	12.744	11.711	12.847
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	(92.779)	(15.031)	(89.631)	(12.890)
COFINS/PIS.....	35.216	40.035	37.174	41.829
INSS.....	13.050	15.021	13.530	15.907
	(44.513)	40.025	(38.927)	44.846
Municipais:				
ISS.....	182	313	182	313
IPTU.....	20.268	15.669	20.268	15.669
	20.450	15.982	20.450	15.982
	(12.459)	68.751	(6.766)	73.675
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	4.434	480	4.471	481
Aluguéis.....	7.850	7.521	7.850	7.526
	12.284	8.001	12.321	8.007
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	-	29.132	-	29.132
Lucro (Prejuízo) líquido.....	(133.356)	29.132	(133.356)	29.132
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.368	261.203	32.403	270.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (reapresentado). Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMA E" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, cujas ações ordinárias (EMA E3) e preferenciais (EMA E4) são negociadas na B3 - S.A., Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia tem por objeto o planejamento, a construção, a operação e a manutenção de sistemas de geração de energia elétrica e a comercialização da energia gerada, atuando sob regime de concessão regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

Em 21 de janeiro de 2026, a Sabesp concluiu a aquisição do controle direto da Companhia, mediante a aquisição de 11.009.550 ações ordinárias representativas de aproximadamente 74,9% do capital votante. Nos meses subsequentes, a participação foi ampliada por meio da aquisição de ações preferenciais detidas pela Axia Energia S.A. e da aquisição indireta de ações ordinárias via Oceania Fundo de Investimento em Ações, atingindo aproximadamente 98,0% do capital votante e 79,3% do capital social total em 13 de março de 2026.

Em 23 de fevereiro de 2026, Assembleia Geral Extraordinária elegeu nova composição do Conselho de Administração que, na mesma data, elegeu a nova Diretoria Executiva³. Em 24 de fevereiro de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando a postergação da publicação destas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como medida de diligência para assegurar a adequada consistência técnica, a integridade e a confiabilidade das informações a serem divulgadas ao mercado, diante da identificação de determinadas transações não usuais e de investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) de emissão de instituição integrante do conglomerado do Banco Master. A nova Administração conduziu análise aprofundada com apoio de assessoria independente e especializada, cujos achados foram avaliados e incorporados nas presentes demonstrações contábeis. Os resultados dessa revisão estão descritos nos itens 1.1 e 1.2 desta nota.

³ Com exceção dos Conselheiros Daniel Alves e José Luiz Fernandes, que permanecem no Conselho de Administração da EMA E, a substituição efetiva dos demais membros do Conselho ocorreu a partir de 23 de fevereiro de 2026, com a respectiva eleição em Assembleia Geral Extraordinária. Do mesmo modo, com exceção dos Diretores Fernando Luis Fernandes e Valéria Silva Campos, que também permanecem na diretoria da EMA E, os Diretores Presidente, Financeiro, de Relações com Investidores e Administrativo, tomaram posse em 23 de fevereiro de 2026, por meio de eleição pelo Conselho de Administração.

1.1 Análise de Recuperabilidade de Ativos Conduzida pela Nova Administração

No âmbito dos trabalhos de transição e da revisão independente conduzida pela Companhia, foram identificadas situações não usuais que demandaram avaliação aprofundada sobre a recuperabilidade de determinados ativos financeiros e adiantamentos a fornecedores. A análise identificou número limitado de transações realizadas entre outubro de 2024 e dezembro de 2025, cujos efeitos, embora materiais, caracterizam-se como não pervasivos nas demonstrações financeiras da Companhia. Especialistas externos foram contratados para subsidiar as análises e assegurar a adequada incorporação de seus reflexos nas demonstrações financeiras. Os impactos identificados estão descritos a seguir.

a. Aplicações financeiras “CDBs Letsbank”

A Companhia mantinha, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos pelo Banco LetsBank S.A., anteriormente denominado Banco BlueBank S.A., registrados na Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa. O saldo consolidado de aplicações financeiras totalizava R\$ 310.824 em 31 de dezembro de 2024, dos quais R\$ 53.652 correspondiam a CDBs emitidos por essa instituição. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de aplicações financeiras era de R\$ 357.503, dos quais R\$ 143.818 referiam-se a esses CDBs, integralmente reconhecidos como estimada de perda de crédito. Por ato do Banco Central do Brasil, a instituição foi submetida ao regime de liquidação extrajudicial nos termos da Lei nº 6.024/1974, conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante de 18 de novembro de 2025. O decreto de liquidação extrajudicial constitui evento de crédito que enquadra o ativo no modelo de perda de crédito esperada previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Com base nas informações disponíveis na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando o regime de liquidação extrajudicial em curso e a ausência de garantias reais vinculadas às aplicações, foi reconhecida perda de crédito esperada correspondente à totalidade do saldo exposto. A Companhia habilitou seus créditos junto ao liquidante nomeado pelo BACEN e revisará a estimativa caso surjam elementos que alterem materialmente as perspectivas de recuperação.

b. Adiantamentos a fornecedores

A revisão independente identificou três situações distintas com reflexos nas demonstrações financeiras de 2025, detalhadas na Nota 8.

- i. saldo original de R\$ 20.000, reclassificado para Outros Ativos Financeiros e atualizado pelos encargos contratuais até R\$ 26.285 ao final do exercício. Diante da ausência de perspectiva de recebimento, o valor integral foi reconhecido como perda estimada de crédito. Os critérios da estimativa estão descritos na Nota 15.
- ii. valores pagos antecipadamente no âmbito de contrato de serviços técnicos e estudos imobiliários, cujo saldo encerrou o exercício em R\$ 20.680. Em razão da não execução dos serviços contratados e da remota perspectiva de recuperação, o saldo remanescente foi integralmente reconhecido como perda estimada de crédito.
- iii. adicionalmente, após reavaliação independente, o montante pago de R\$ 22.510 foi considerado como despesa não dedutível para fins fiscais (Nota 8).

c. Outros ativos financeiros

A Administração reconheceu perda estimada de crédito integral sobre dois instrumentos financeiros, totalizando R\$ 112.344 no consolidado: (i) R\$ 86.059 referente a instrumento contratado com parte relacionada pendente de anuência regulatória prévia; e (ii) R\$ 26.285 referente a direito creditório com obrigação de pagamento não cumprida. O contexto e os fundamentos estão descritos na Nota 15.

d. Mútuo com parte relacionada - Milos

A Companhia celebrou em 28 de fevereiro de 2025 contrato de mútuo com a Milos Participações Ltda., no valor de R\$ 10.000, com vencimento em 28 de fevereiro de 2026, corrigido pela taxa Selic acrescida de 4,5% ao ano. O contrato venceu sem liquidação pela contraparte. Considerando o inadimplemento contratual, a Companhia constituiu estimativa de perda de crédito correspondente à totalidade do saldo atualizado de R\$ 11.633. Os detalhes dessa operação, incluindo a natureza do vínculo de parte relacionada vigente à época da contratação, estão descritos na Nota Explicativa 27 – Transações com Partes Relacionadas.

1.2 Reapresentação dos saldos comparativos – Contratos de Concessão (ICPC 01 / CPC 47)

Até o exercício de 2025, a EMAE reconhecia dois componentes da receita: (i) receitas relativas à construção e melhoria da infraestrutura das usinas cotistas com base em estimativa do plano de investimentos aprovado pelo Conselho de Administração, constituindo provisão correspondente na rubrica "Outras Obrigações - Investimentos na Concessão", em conformidade com o item 21 da ICPC 01 - Contratos de Concessão de Serviços. Sob essa política, a receita de construção era reconhecida proporcionalmente ao cronograma estimado de desembolsos, independentemente do CAPEX efetivamente incorrido no período; (ii) a parcela integral da receita regulatória GAG Melhorias.

A nova administração da Companhia reavaliou a forma de mensuração adotada para o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 02/2004-ANEEL, celebrado entre a EMAE e a União Federal, para exploração das Usinas Hidrelétricas sob gestão da Companhia.

A análise concluiu pela existência de duas obrigações de desempenho distintas nos contratos de concessão: construção e melhoria da infraestrutura, remunerada via GAG Melhoria; e operação e manutenção, remunerada pelas demais parcelas da RAG. A receita de construção passa a ser reconhecida pelo método do custo incorrido acrescido de margem, adotando-se o WACC regulatório ajustado à estrutura de capital da Companhia como referência para a margem aplicável.

Nos termos do CPC 23/IAS 8, a mudança de política contábil foi aplicada retrospectivamente, com reapresentação dos períodos comparativos e reconhecimento retroativo a julho de 2018, data em que parcela GAG Melhoria passou a integrar a composição da RAG. Os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos ativos e passivos de contrato decorrentes estão descritos na Nota 3 - Principais Práticas Contábeis.

1.3 Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende o canal Pinheiros, os reservatórios Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, com seus respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, e a Usina Hidrelétrica Henry Borden, no Município de Cubatão. Integram ainda o complexo as Usinas Hidrelétricas Rasgão, no Município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no Município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, com fundamento na Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, prorrogando as concessões relativas ao complexo Henry Borden e às usinas Rasgão e Porto Góes até 30 de novembro de 2042. Em 7 de outubro de 2022, o 3º Termo Aditivo estendeu o prazo da concessão da Usina Henry Borden até 7 de janeiro de 2043 e da Usina Porto Góes até 24 de janeiro de 2043.

Desde janeiro de 2013, a totalidade da garantia física e da potência dessas usinas é alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo a remuneração definida pela Receita Anual de Geração ("RAG"), calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada cinco anos. Para fins de apuração de desempenho pela ANEEL, considera-se a disponibilidade da UHE Henry Borden ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") e a geração média das usinas Porto Góes e Rasgão.

A RAG tem por objetivo cobrir os custos de operação, manutenção, administração, investimentos e tributos e encargos setoriais, incluindo encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") e Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos ("CFURH"). Desde a revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a contemplar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão. Nesse regime, os riscos hidrológicos são integralmente assumidos pelas distribuidoras beneficiárias das cotas de energia e potência, não recaindo sobre a Companhia.

1.4 PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, foi constituída com o propósito de construir e gerir a Pequena Central Hidrelétrica Pirapora ("PCH Pirapora"), dotada de duas unidades geradoras com potência instalada de 25 MW e garantia física de 17,17 MW. A autorização para operação foi conferida pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, com o prazo de vigência da outorga estendido para 2 de maio de 2045 pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

Em 2010, a Companhia comercializou 16 MW médios no Leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEARs") celebrados com 27 distribuidoras, com período de suprimento de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2044. O preço de venda é atualizado pela variação anual do IPCA.

1.5 Usina Termelétrica Piratininga

Em 27 de abril de 2007, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), em contrato com prazo de 17 anos. A UTE Piratininga operou em regime de ciclo combinado integrado à Usina Termelétrica Nova Piratininga, construída pela Petrobras em área da EMAE, com ganhos de eficiência para ambas as instalações. Na mesma data, foi firmado contrato de serviços de operação e manutenção da UTE Piratininga pela Companhia.

Em 26 de abril de 2024, foi assinado o termo de encerramento do contrato de arrendamento, resultando no recebimento em 2025 pela Baixada Santista Energia S.A., subsidiária integral da Petrobras, do montante de R\$ 226 milhões a título de indenização reparatória, encerrando a totalidade das pendências contratuais decorrentes do arrendamento.

Com o encerramento do arrendamento, a EMAE reassumiu integralmente a posse das instalações da UTE Piratininga, atualmente fora de operação comercial. A Administração realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados remanescentes, resultando no reconhecimento de impairment no valor de R\$ 24,3 milhões. Adicionalmente, foi constituída provisão de R\$ 10,0 milhões para fazer face aos custos estimados de desmobilização parcial das instalações. Ambos os efeitos foram reconhecidos em outras despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.6 Expansão de Geração de Energia Elétrica

A Companhia pode constituir subsidiárias e participar do capital social de outras empresas, públicas ou privadas, para atuar em atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas ou renováveis, em linha com sua estratégia de diversificação do portfólio.

a. Hidrelétrica

A Companhia desenvolve a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Edgard de Souza, empreendimento de 18 MW a ser implantado a partir do aproveitamento da barragem existente no rio Tietê, de propriedade da EMAE, com etapas regulatórias em curso desde 2022.

Em agosto de 2025, o projeto venceu o Leilão A-5 promovido pela ANEEL, contratando 13,4 MW médios ao preço de R\$ 402,95/MWh por 20 anos a partir de janeiro de 2030, com reajuste anual pelo IPCA. Em setembro de 2025, a EMAE constituiu a Sociedade de Propósito Específico Edgard de Souza Energia S.A., responsável pela implantação e operação do empreendimento.

Em março de 2026, a Portaria SNTEP/MME nº 3.108 autorizou a Edgard de Souza Energia S.A. a implantar e explorar a PCH sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, no município de Santana de Parnaíba (SP), com garantia física de 13,44 MW médios e outorga de 35 anos. Em abril de 2026, a concessão da Licença Ambiental de Instalação viabilizou o início das obras.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída. A primeira SPE foi criada em 2023, em parceria com a KWP Energia, uma vez que todas as condicionantes para a implantação dos primeiros 5 MW foram atendidas.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga (UTE – STP)” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE selecionou por meio da Chamada Pública 01/2015 o Consórcio GASEN como parceiro estratégico para o desenvolvimento do projeto, sucedido em 2022 pela EDGE S.A. O empreendimento será implantado em área de propriedade da EMAE, contígua às instalações da desativada UTE Piratininga.

1.7 Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa teve início em janeiro de 2024, com término previsto em dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato). A evolução desse contrato está apresentada na Nota 17.

b. Alienação de imóveis

A Companhia realiza avaliação contínua de seu patrimônio imobiliário com vistas à identificação de ativos não essenciais às suas atividades operacionais, adotando postura ativa na monetização de imóveis não operacionais e avaliando formas de aproveitamento econômico compatíveis com a natureza dos ativos e com as diretrizes regulatórias aplicáveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026 e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1.1 – Análise de Recuperabilidade de Ativos
- Nota 10 – Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 – Realização do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 17 – Propriedades Para Investimentos
- Nota 18 – Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 21 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 22.1 – Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 33 - Instrumentos financeiros;
- Nota 34 – Gerenciamento de Riscos; e
- Nota 35 – Compromissos de Longo Prazo.

2.3 Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos:

Planos de previdência complementar (benefício definido): reconhecidos pelo valor presente da obrigação com benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos do plano;

Propriedades para investimento e Passivo de Contrato mensuradas a valor justo, com alterações reconhecidas diretamente no resultado.

2.4 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.6 Informações por Segmento

A Administração realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Portanto, não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remunera os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado, de maneira a permitir a sua confrontação com os custos do mesmo período. O recebimento da receita de cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida pelo regime de competência.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A receita relativa à construção e melhoria da infraestrutura das usinas cotistas é remunerada pela parcela GAG Melhoria da Receita Anual de Geração, introduzida pela ANEEL na revisão periódica de 2018 com o objetivo de assegurar os níveis de qualidade do serviço e a segurança energética do Sistema Interligado Nacional, abrangendo a troca e modernização de equipamentos hidráulicos e eletromecânicos e dispêndios socioambientais até o final da concessão.

A receita é reconhecida pelo método do custo esperado acrescido de margem, em conformidade com os itens 79(b) e 97 do CPC 47 / IFRS 15. O CAPEX efetivamente incorrido constitui o custo da obrigação de desempenho de construção e melhoria. A margem aplicável corresponde ao WACC regulatório determinado pela ANEEL para companhias de geração em regime de cotas, ajustado à estrutura de capital da Companhia, que não detém dívida com terceiros, refletindo exclusivamente o custo do capital próprio.

A diferença em cada período entre a receita reconhecida e os valores recebidos via parcela GAG Melhoria resulta em ativo ou passivo de contrato, conforme o caso.

Suprimento de energia elétrica - Leilão

Classificam-se como suprimento as operações de venda de energia a outras concessionárias de distribuição de energia elétrica, realizadas por meio de contratos firmados em leilões promovidos pela ANEEL no Ambiente de Contratação Regulada. A receita é reconhecida mensalmente à medida que a energia é entregue ao comprador.

Cessão de área - Usina Termelétrica Nova Piratininga

A EMAE é proprietária da área onde está instalada a Usina Termelétrica Nova Piratininga, operada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. A receita de aluguel decorrente dessa cessão de uso é reconhecida linearmente ao longo do prazo contratual, em conformidade com o CPC 47.

Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo

Em 2020, a EMAE concedeu áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial pelo prazo de 22 anos ao Consórcio Usina São Paulo, mediante outorga fixa de R\$ 280,1 milhões recebida mensalmente de janeiro de 2024 a dezembro de 2044, acrescida de outorga variável de 4% a 8% sobre o faturamento bruto do empreendimento, com percentual crescente a cada triênio. A outorga fixa é reconhecida linearmente e a variável à medida que o faturamento do Consórcio ocorre.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contrato de prestação de serviço com a Prefeitura de São Paulo para a operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda. A Companhia reconhece a receita à medida que os serviços contratados são realizados.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

a. Benefícios de curto prazo a colaboradores

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

b. Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica custos e despesas de pessoal.

c. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado. Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas da Companhia:

Imposto Sobre Serviços (ISS) – de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

P&D – Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS gerados pelos custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

Reforma Tributária

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, criando a CBS em substituição ao PIS/COFINS e o IBS em substituição ao ISS e ICMS, com período de transição entre 2026 e 2032. A partir de 2026, passaram a vigorar as primeiras obrigações do novo regime, incluindo o destaque da CBS e do IBS nas notas fiscais e o recolhimento automático dos tributos no momento do pagamento, em alíquotas reduzidas. A Companhia acompanha a regulamentação infralegal em curso e adota as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações já vigentes. Os efeitos prospectivos sobre as operações não comportam mensuração confiável na data destas demonstrações financeiras.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social, tanto corrente quanto diferidos, são calculados com as seguintes alíquotas:

Imposto de Renda: 15%, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240.

Contribuição Social: 9% sobre o lucro tributável.

Quando aplicável, é permitida a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

Os impostos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A compensação entre impostos a pagar e a recuperar ocorre somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

A Controlada Pirapora Energia S.A. adotou o regime de Lucro Presumido nos exercícios de 2025 e 2024.

Imposto Corrente

O imposto corrente corresponde ao valor estimado a pagar ou a recuperar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, incluindo eventuais ajustes de exercícios anteriores. Esse montante é reconhecido no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher", com base na melhor estimativa dos valores a serem pagos ou recebidos, considerando eventuais incertezas. A mensuração é feita conforme as alíquotas vigentes na data do balanço.

Imposto Diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos são registrados para refletir as diferenças temporárias entre os valores contábeis e os valores tributáveis de ativos e passivos. As variações nesses ativos e passivos ao longo do exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, desde que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam sua compensação. Esses ativos são revisados periodicamente e podem ser reduzidos caso sua realização futura não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos considera as alíquotas aplicáveis no momento da reversão das diferenças temporárias e reflete a forma como a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Ativo contratual

Nova Política contábil aplicável a partir de 1º de julho de 2018

A data de 1º de julho de 2018 representa o marco inicial de aplicação retrospectiva da nova política contábil em razão de ser o momento em que a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.421/2018, estabeleceu a composição da Receita Anual de Geração (RAG) para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, introduzindo pela primeira vez a parcela GAG Melhoria como componente remuneratório específico para investimentos em melhorias da infraestrutura. Antes dessa data, a estrutura tarifária não segregava explicitamente a remuneração dos investimentos em melhorias, de modo que os efeitos da política ora corrigida somente passaram a produzir impactos identificáveis e mensuráveis nas demonstrações financeiras a partir de então.

Com base na análise técnica contábil concluída pela nova Administração, a Companhia adotou nova política contábil para o reconhecimento e mensuração das receitas e ativos decorrentes dos contratos de concessão, em conformidade com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Sob a referida avaliação e nova orientação no sentido de que a Companhia atua em nome do Poder Concedente, não detendo controle sobre a infraestrutura vinculada à concessão. Foram identificadas duas obrigações de desempenho distintas nos contratos de concessão:

1. A obrigação de construção e melhoria da infraestrutura, remunerada pela parcela GAG Melhoria da Receita Anual de Geração (RAG), reconhecida à medida que os investimentos são realizados. A receita correspondente é mensurada pelo método do custo esperado acrescido de margem, sendo o CAPEX efetivamente incorrido o custo para cumprimento da obrigação e o WACC regulatório ajustado à estrutura de capital da Companhia a margem aplicável. A Companhia não possui capital de terceiros oneroso, razão pela qual o WACC regulatório reflete exclusivamente o custo do capital próprio implícito no modelo regulatório da ANEEL.
2. A obrigação de operação e manutenção, remunerada pelas parcelas GAG O&M, CAIMI e demais componentes da RAG, reconhecida ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados, em conformidade com os padrões de qualidade e disponibilidade estabelecidos contratualmente.

Ativo e passivo de contrato

A Companhia apura a diferença entre a receita reconhecida referente à obrigação de construção e melhoria (CAPEX + margem) e os valores faturados ou recebidos via GAG Melhoria. Quando a receita reconhecida supera o valor regulatório recebido para melhorias (GAG Melhoria), reconhece-se um ativo de contrato, representando o direito da Companhia à contraprestação pelos serviços transferidos ao Poder Concedente ainda não faturados. Quando o valor recebido da GAG Melhoria supera a receita reconhecida, reconhece-se um passivo de contrato, representando a obrigação de entregar serviços futuros em contrapartida a recursos já recebidos.

Efeitos da reapresentação dos saldos comparativos

Conforme justificado na Nota 1.2 e atendendo a orientação da assessoria independente, a mudança foi aplicada retrospectivamente nos termos do CPC 23 / IAS 8, com reapresentação dos períodos comparativos e reconhecimento dos efeitos cumulativos desde julho de 2018, data em que a GAG Melhoria passou a integrar a composição da RAG. Os efeitos sobre o patrimônio líquido de abertura do período comparativo mais antigo apresentado, bem como a reconciliação entre os saldos anteriormente reportados e os saldos reapresentados, estão demonstrados na Nota Explicativa 2.

3.7 Ativo reversível da concessão

Em 4 de dezembro de 2012, as concessões das Usinas Hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com a consequente reversão dos bens vinculados à União mediante indenização a ser definida pelo Poder Concedente. Desde então, a Companhia opera e mantém esses ativos no regime de cotas de energia e de potência.

O saldo registrado sob a rubrica 'Ativo reversível da concessão', no montante de R\$ 195.374 (31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024), corresponde ao valor contábil residual dos bens reversíveis apurado em 31 de dezembro de 2012, reconhecido pelo modelo do custo, com base no saldo reclassificado da rubrica ativo imobilizado na data da renovação contratual. Este montante não é objeto de depreciação adicional, dado que os ativos subjacentes foram integralmente revertidos ao Poder Concedente no ato da renovação.

Em 21 de dezembro de 2023, a ANEEL concluiu a apuração da Base de Remuneração Regulatória Líquida ("BRR") no valor de R\$ 281.086, a preços de 31 de dezembro de 2012 (Despacho nº 5.103/2023), encaminhando o processo ao Ministério de Minas e Energia ("MME") para definição das diretrizes finais de indenização. Em agosto de 2025, o MME abriu Consulta Pública nº 190/2025 sobre a metodologia de reconhecimento dos investimentos complementares ao projeto básico, incluindo critérios de atualização e cronograma de pagamento, cuja decisão permanece pendente na data de encerramento do exercício.

A diferença entre a BRR apurada pela ANEEL (R\$ 281.086) e o saldo contábil reconhecido (R\$ 195.374) representa um ativo contingente nos termos do CPC 25 / IAS 37, não sendo reconhecida contabilmente na data-base em razão da ausência de ato normativo definitivo do Poder Concedente que confira ao crédito os requisitos de controle, mensurabilidade confiável e probabilidade de entrada de benefícios econômicos previstos na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e nos itens 32 a 34 do CPC 23 / IAS 8. O valor final a ser recebido, os critérios de atualização monetária e o cronograma de pagamento permanecem indefinidos, o que impede, na data-base, qualquer ajuste ao saldo reconhecido. A Administração acompanha o andamento do processo junto ao MME e reavaliará o enquadramento contábil à medida que novos fatos ou instrumentos normativos sejam publicados.

3.8 Investimentos

Participação acionária em controlada e coligada reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Propriedades para investimento

Bens corpóreos destinados à obtenção de renda ou valorização do capital reconhecidos pelo valor de propostas firmes recebida por terceiros.

3.10 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

c. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 19.

3.11 Intangível

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.12 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como “custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros

Ativos financeiros incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A estimativa para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 10.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.14 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Novas normas e alterações emitidas em 2025

A Administração avaliou as alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não identificou impactos materiais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Os pronunciamentos com vigência futura, em especial o CPC 50 / IFRS 18 (Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, e os Pronunciamentos CPC S01 e S02 / IFRS S1 e S2 sobre divulgações relacionadas à sustentabilidade e a clima, estão sob análise pela Administração, com conclusões a serem divulgadas oportunamente.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1 de janeiro de 2024, 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2024, originalmente emitidas nas demonstrações financeiras daquele exercício estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23, conforme a seguir:

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa.....	288.306	-	288.306	311.326	-	311.326
Aplicações financeiras.....	17.090	-	17.090	17.090	-	17.090
Revendedores.....	40.029	-	40.029	45.561	-	45.561
Ativo contratual.....	19.727	(19.727)	-	19.727	(19.727)	-
Adiantamentos.....	35.000	-	35.000	35.000	-	35.000
IR e CSLL a recuperar.....	499	-	499	65	434	499
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	11.410	-	11.410	11.457	-	11.457
Estoque.....	2.054	-	2.054	2.054	-	2.054
Despesas antecipadas.....	6.791	-	6.791	6.807	-	6.807
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	9.135	-	9.135	9.135	-	9.135
Cauções e depósitos vinculados.....	486	-	486	490	-	490
Outros créditos.....	11.020	-	11.020	2.786	-	2.786
	441.547	(19.727)	421.820	461.498	(19.293)	442.205
Ativo não circulante mantido para venda.....	211.470	18.513	229.983	211.470	18.513	229.983
	653.017	(1.214)	651.803	672.968	(780)	672.188
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
IR e CSLL a recuperar.....	-	239.175	239.175	-	239.175	239.175
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	-	51.407	51.407	-	51.407	51.407
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	89.401	-	89.401	89.401	-	89.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	101.541	(101.541)	-	101.541	(101.541)	-
Cauções e depósitos vinculados.....	60.330	-	60.330	60.330	-	60.330
Ativo contratual.....	471.189	(471.189)	-	471.189	(471.189)	-
Ativo reversível da concessão.....	195.374	-	195.374	195.374	-	195.374
Investimentos.....	156.090	-	156.090	-	-	-
Propriedades para investimento.....	221.695	-	221.695	221.695	-	221.695
Imobilizado.....	119.584	-	119.584	256.442	-	256.442
Intangível.....	18.353	-	18.353	18.353	-	18.353
	1.433.557	(282.148)	1.151.409	1.414.325	(282.148)	1.132.177
TOTAL DO ATIVO.....	2.086.574	(283.362)	1.803.212	2.087.293	(282.928)	1.804.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Folha de pagamento.....	2.401	-	2.401	2.401	-	2.401
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	10.811	-	10.811	10.811	-	10.811
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	71.641	-	71.641	71.641	-	71.641
Fornecedores.....	5.399	-	5.399	5.930	-	5.930
Tributos e contribuições sociais.....	5.697	1.747	7.444	5.877	2.181	8.058
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.532	-	3.532	3.532	-	3.532
Encargos de uso da rede elétrica.....	170	-	170	170	-	170
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	19.727	(19.727)	-	19.727	(19.727)	-
Outra obrigação	636	-	636	636	-	636
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	-	1.801	1.801	-	1.801
Obrigações Setoriais.....	3.853	-	3.853	3.861	-	3.861
Passivo de contrato.....	-	30.875	30.875	-	30.875	30.875
Outros passivos.....	7.109	-	7.109	7.109	-	7.109
	132.777	12.895	145.672	133.496	13.329	146.825
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	148.603	-	148.603	148.603	-	148.603
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	84.263	84.263	-	84.263	84.263
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	122.777	-	122.777	122.777	-	122.777
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	484.539	(484.539)	-	484.539	(484.539)	-
Outra obrigação	10.589	-	10.589	10.589	-	10.589
Passivo de contrato.....	-	524.876	524.876	-	524.876	524.876
Obrigações Especiais - RGR.....	1.798	-	1.798	1.798	-	1.798
Obrigações Setoriais.....	769	-	769	769	-	769
	769.075	124.600	893.675	769.075	124.600	893.675
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social.....	285.411	-	285.411	285.411	-	285.411
Reservas de capital.....	387.130	(22.942)	364.188	387.130	(22.942)	364.188
Outros resultados abrangentes.....	114.266	-	114.266	114.266	-	114.266
Reservas de lucros.....	397.915	(397.915)	-	397.915	(397.915)	-
	1.184.722	(420.857)	763.865	1.184.722	(420.857)	763.865
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	2.086.574	(283.362)	1.803.212	2.087.293	(282.928)	1.804.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4.2 Reconciliação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2024

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentado 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentado 2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	574.009	(98.948)	475.061	621.368	(98.948)	522.420
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	(399.723)	26.778	(372.945)	(416.206)	27.241	(388.965)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	174.286	(72.170)	102.116	205.162	(71.707)	133.455
Receitas/Despesas Operacionais						
Despesas gerais e administrativas.....	(140.675)	-	(140.675)	(140.211)	(464)	(140.675)
Outras receitas e (despesas).....	(74.797)	18.513	(56.284)	(74.797)	18.513	(56.284)
Equivalência Patrimonial em controlada.....	31.113	-	31.113	-	-	-
	(184.359)	18.513	(165.846)	(215.008)	18.049	(196.959)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	(10.073)	(53.657)	(63.730)	(9.846)	(53.658)	(63.504)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas.....	43.612	16.791	60.403	45.527	16.792	62.319
Despesas.....	(480)	-	(480)	(481)	-	(481)
Variações monetárias líquidas.....	17.908	-	17.908	17.908	-	17.908
	61.040	16.791	77.831	62.954	16.792	79.746
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	50.967	(36.866)	14.101	53.108	(36.866)	16.242
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente.....	(42.528)	38.262	(4.266)	(44.669)	38.262	(6.407)
Diferido.....	46.285	(26.988)	19.297	46.285	(26.988)	19.297
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	54.724	(25.592)	29.132	54.724	(25.592)	29.132
LUCRO ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas controladores e não controladores.....	54.724	(25.592)	29.132	54.724	(25.592)	29.132
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR:						
Ação preferencial.....	1,54	(1,06)	0,82			
Ação ordinária.....	1,40	(0,96)	0,74			

4.3 Reconciliação da Demonstração de outros resultados abrangentes de 2024

	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentado 2024
Lucro líquido do exercício.....	54.724	(25.592)	29.132
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....			
Ajuste de elementos do Passivo.....	108.183	-	108.183
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(36.782)	-	(36.782)
Total do resultado abrangente do exercício.....	126.125	(25.592)	100.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4.4 Reconciliação do Fluxo de Caixa de 2024

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24
Atividades operacionais						
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	54.724	(25.592)	29.132	54.724	(25.592)	29.132
Resultado de equivalência patrimonial.....	(31.113)	-	(31.113)	-	-	-
Depreciação/ amortização.....	5.981	-	5.981	10.496	-	10.496
Baixas.....	877	-	877	877	-	877
Despesa de entidade de plano de previdência.....	30.489	-	30.489	30.489	-	30.489
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	26.460	-	26.460	26.460	-	26.460
IR e CSLL.....	(14.410)	26.986	12.576	(12.794)	26.986	14.192
Ganho na alienação de bens e direitos.....	(2.820)	-	(2.820)	(2.820)	-	(2.820)
Ajuste a valor justo - Elementos do Ativo.....	(31.546)	(18.513)	(50.059)	(31.546)	(18.512)	(50.058)
Provisão - Investimentos na Concessão.....	78.612	(78.612)	-	78.612	(78.612)	-
Write-off encerramento contrato de arrendamento UTP.....	96.831	-	96.831	96.831	-	96.831
Outros.....	(22.391)	-	(22.391)	(22.390)	-	(22.390)
	-	-	-	-	-	-
Variações nos ativos e passivos						
Revededores.....	1.974	-	1.974	1.708	-	1.708
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(3.768)	(1.665)	(5.433)	(3.815)	(1.665)	(5.480)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	3.447	(55.870)	(52.423)	3.565	(56.304)	(52.739)
Adiantamentos.....	(35.000)	-	(35.000)	(35.000)	-	(35.000)
Estoques.....	13	-	13	13	-	13
Cauções e depósitos vinculados.....	711	-	711	707	-	707
Sabesp.....	9.754	-	9.754	9.754	-	9.754
Outros créditos.....	(1.138)	-	(1.138)	(1.329)	-	(1.329)
Folha de pagamento.....	(1.142)	-	(1.142)	(1.142)	-	(1.142)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(5.594)	-	(5.594)	(5.594)	-	(5.594)
Contribuições para o plano de previdência.....	(60.184)	-	(60.184)	(60.184)	-	(60.184)
Fornecedores.....	760	-	760	794	-	794
Tributos e contribuições sociais.....	1.637	(5.092)	(3.455)	1.660	(4.658)	(2.998)
Obrigações setoriais.....	(189)	-	(189)	(188)	-	(188)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(8.882)	-	(8.882)	(8.882)	-	(8.882)
Passivo de contrato.....	-	18.005	18.005	-	18.004	18.004
Obrigações especiais - RGR.....	(1.801)	-	(1.801)	(1.801)	-	(1.801)
Outros.....	3.212	-	3.212	3.212	-	3.212
	95.504	(140.353)	(44.849)	132.417	(140.353)	(7.936)
Dividendos recebidos.....	25.893	-	25.893	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(31.873)	-	(31.873)	(33.488)	-	(33.488)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	89.524	(140.353)	(50.829)	98.929	(140.353)	(41.424)
Atividades de investimento						
Aplicações financeiras.....	(17.090)	-	(17.090)	(17.090)	-	(17.090)
Aquisição de imobilizado.....	(18)	-	(18)	(341)	-	(341)
Ativo contratual.....	(140.353)	140.353	-	(140.353)	140.353	-
Aquisição de intangível.....	(3.840)	-	(3.840)	(3.840)	-	(3.840)
Indenizações - desapropriações.....	31	-	31	31	-	31
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	2.820	-	2.820	2.820	-	2.820
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(158.450)	140.353	(18.097)	(158.773)	140.353	(18.420)
Atividades de financiamento						
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(55.112)	-	(55.112)	(55.112)	-	(55.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(55.112)	-	(55.112)	(55.112)	-	(55.112)
	-	-	-	-	-	-
Redução de caixa e equivalentes	(124.038)	-	(124.038)	(114.956)	-	(114.956)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	412.344	-	412.344	426.282	-	426.282
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	288.306	-	288.306	311.326	-	311.326
Redução de caixa e equivalentes	(124.038)	-	(124.038)	(114.956)	-	(114.956)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4.5 Reconciliação da Demonstração do Valor Adicionado de 2024

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24	Auditado 31.12.24	Ajustes	Reapresentado 31.12.24
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Receitas operacionais.....	547.669	(195.411)	352.258	596.823	(195.411)	401.412
Outras receitas.....	(74.797)	18.513	(56.284)	(74.797)	18.513	(56.284)
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa.....	183	-	183	183	-	183
Receitas relativas à construção de ativos da concessão.....	86.467	90.941	177.408	86.788	90.620	177.408
	559.522	(85.957)	473.565	608.997	(86.278)	522.719
Menos:						
Insumos						
Energia de curto prazo - CCEE.....	24	-	24	230	-	230
Custo de construção dos ativos da concessão.....	-	134.442	134.442	-	134.442	134.442
GSF (Garantia física).....	-	-	-	2.228	-	2.228
Encargos de uso da rede elétrica.....	50.168	-	50.168	50.858	-	50.858
Serviços de terceiros.....	142.179	(45.941)	96.238	144.734	(45.985)	98.749
Materiais.....	43.939	(39.621)	4.318	44.291	(39.898)	4.393
Provisão - Investimentos na Concessão.....	78.611	(78.611)	-	78.611	(78.611)	-
Outros custos operacionais.....	30.614	-	30.614	31.156	2	31.158
	345.535	(29.731)	315.804	352.108	(30.050)	322.058
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	213.987	(56.226)	157.761	256.889	(56.228)	200.661
DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(5.982)	-	(5.982)	(10.496)	-	(10.496)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	208.005	(56.226)	151.779	246.393	(56.228)	190.165
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras.....	43.612	16.791	60.403	45.527	16.792	62.319
Equivalência Patrimonial.....	31.113	-	31.113	-	-	-
Variações monetárias líquidas.....	17.908	-	17.908	17.908	-	17.908
	92.633	-	109.424	63.435	-	80.227
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	300.638	(39.435)	261.203	309.828	(39.436)	270.392
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal:						
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	113.837	(904)	112.933	117.842	(904)	116.938
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	30.489	-	30.489	30.489	-	30.489
F.G.T.S.....	11.897	-	11.897	12.151	-	12.151
	156.223	(904)	155.319	160.482	(904)	159.578
Impostos, taxas e contribuições:						
Encargos setoriais:						
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	6.778	-	6.778	6.778	-	6.778
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.571	-	1.571	1.674	-	1.674
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.395	-	4.395	4.395	-	4.395
	12.744	-	12.744	12.847	-	12.847
Federais:						
Imposto de renda e contribuição social.....	(3.757)	(11.274)	(15.031)	(1.616)	(11.274)	(12.890)
COFINS/PIS.....	41.700	(1.665)	40.035	43.495	(1.666)	41.829
INSS.....	15.021	-	15.021	15.907	-	15.907
	52.964	(12.939)	40.025	57.786	(12.940)	44.846
Municipais:						
ISS.....	313	-	313	313	-	313
IPTU.....	15.669	-	15.669	15.669	-	15.669
	15.982	-	15.982	15.982	-	15.982
	81.690	(12.939)	68.751	86.615	(12.940)	73.675
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e encargos de dívidas.....	480	-	480	481	-	481
Aluguéis.....	7.521	-	7.521	7.526	-	7.526
	8.001	-	8.001	8.007	-	8.007
Remuneração de capitais próprios:						
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	29.892	(760)	29.132	29.892	(760)	29.132
Lucros retidos.....	24.832	(24.832)	-	24.832	(24.832)	-
Lucro (Prejuízo) líquido.....	54.724	(25.592)	29.132	54.724	(25.592)	29.132
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	300.638	(39.435)	261.203	309.828	(39.436)	270.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Reconciliação das Demonstrações Financeiras

Notas 4.1 a 4.5 - Natureza e Justificativa dos Ajustes

As notas 4.1 a 4.5 apresentam a reconciliação entre os valores originalmente auditados e os valores reapresentados das demonstrações financeiras de 2024, em cumprimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes registrados na coluna “Reapresentado” decorrem, em sua quase totalidade, da reapresentação dos saldos comparativos com efeito retroativo, alterando de forma abrangente o reconhecimento e a mensuração dos ativos, passivos, receitas, custos e fluxos de caixa relacionados ao contrato de concessão da Companhia. A única exceção é o ajuste de R\$ 18.513.

Nota 4.1 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

No ativo circulante, o ajuste de (19.727) na rubrica Ativo contratual reflete a alteração no critério de reconhecimento e mensuração dos direitos contratuais da concessão. Também no circulante, o ajuste positivo de 18.513 no Ativo não circulante mantido para venda constitui exceção à regra geral, sendo originado pela reavaliação de ativo não circulante a valor justo, e não pela reapresentação dos saldos comparativos.

No ativo não circulante o ajuste positivo de 239.175 no Imposto de renda e contribuição social diferidos e o de 51.407 nos Tributos e contribuições sociais compensáveis decorrem das diferenças temporárias e dos créditos tributários gerados pela transição. Em sentido contrário, o ajuste de (101.541) também em IR e CSLL diferidos representa o passivo fiscal diferido correspondente. O ajuste de (471.189) no Ativo contratual não circulante é o de maior magnitude, refletindo a eliminação dos direitos contratuais mensurados sob a política anterior.

No passivo circulante, o ajuste de (19.727) em Outras obrigações - Investimentos na concessão corresponde à eliminação da obrigação anteriormente reconhecida sob esse título, substituída pelo novo modelo contábil. O ajuste de 1.747 em Tributos e contribuições sociais decorre do impacto tributário corrente da transição.

No passivo não circulante, o ajuste de (484.539) em Outras obrigações - Investimentos na concessão representa a eliminação do passivo de investimento anteriormente provisionado. Como contrapartida, surge o ajuste de 555.751 no Passivo de contrato, que passa a registrar as obrigações futuras da concessão. O ajuste de 84.263 em IR e CSLL diferidos passivo completa o efeito fiscal da transição no longo prazo.

No patrimônio líquido, os ajustes de (22.942) nas Reservas de capital e de (397.915) nas Reservas de lucros representam o efeito acumulado retroativo da reapresentação dos saldos comparativos, reconhecido diretamente no patrimônio conforme determinado pelo CPC 23.

Nota 4.2 - Demonstração do Resultado do Exercício de 2024

Na demonstração de resultado, os ajustes percorrem toda a estrutura de forma encadeada. O ajuste de (98.948) na Receita Operacional Líquida reflete a alteração no critério de reconhecimento das receitas da concessão - notadamente receitas de construção e de serviços. Em sentido parcialmente compensatório, o ajuste de 26.778 no Custo do Serviço de Energia Elétrica decorre da reclassificação de custos operacionais conforme o novo modelo de reconhecimento das atividades de construção e operação da concessão.

Nas Receitas/Despesas Operacionais, o ajuste de 18.513 em Outras receitas e despesas é a exceção já mencionada - origina-se da reavaliação do ativo não circulante a valor justo. Nas Receitas financeiras, o ajuste de 16.791 decorre do reconhecimento da remuneração financeira sobre créditos fiscais, calculada pela taxa Selic.

Os ajustes no Imposto de renda e contribuição social - corrente em 38.262 e diferido em (26.988) - representam os reflexos tributários das alterações de reconhecimento acima descritas.

Nota 4.3 - Demonstração de Outros Resultados Abrangentes de 2024

Nesta demonstração, o único ajuste registrado é o de (25.592) no Lucro líquido do exercício, que migra desta linha para as demais demonstrações como consequência direta dos ajustes apurados na Nota 4.2. Os itens próprios de outros resultados abrangentes - Ajuste de elementos do Passivo e Efeito de IR e CSLL - não sofreram alteração, mantendo-se nos valores originalmente auditados.

Nota 4.4 - Demonstração do Fluxo de Caixa de 2024

O fluxo de caixa não foi alterado em seu resultado: a Redução de caixa e equivalentes permanece em (124.038) na Controladora e (114.956) no Consolidado, confirmando que os ajustes representam exclusivamente reclassificações contábeis, sem efeito sobre o caixa efetivamente movimentado.

Nas atividades operacionais, os ajustes mais relevantes são: (25.592) no Lucro do exercício, consistente com a Nota 4.2; (78.612) na Provisão - Investimentos na Concessão, pela eliminação da provisão anteriormente constituída; (55.870) em IR e CSLL a recuperar, pelos novos créditos fiscais reconhecidos; e 18.005 no Passivo de contrato, pela variação da nova obrigação constituída sob o IFRIC 12. O ajuste de (18.513) em Ajuste a valor justo - Elementos do Ativo é novamente a exceção: trata-se da exclusão do efeito não caixa da reavaliação a valor justo do ativo não circulante.

Nas atividades de investimento, o ajuste de 140.353 no Ativo contratual representa a reclassificação dos desembolsos com ativos da concessão, que passam a ser evidenciados como investimento - sendo integralmente compensado pelo ajuste de mesmo valor e sinal contrário nas atividades operacionais, sem impacto líquido no caixa total.

Nota 4.5 - Demonstração do Valor Adicionado de 2024

Na geração do valor adicionado, os ajustes refletem a nova forma de apresentar as atividades da concessão. O ajuste de (195.411) nas Receitas operacionais e os ajustes de (45.941) em Serviços de terceiros, (39.621) em Materiais e (78.611) na Provisão - Investimentos na Concessão decorrem da rerepresentação dos saldos comparativos. Em sentido compensatório, o ajuste de 90.941 nas Receitas relativas à construção de ativos da concessão evidencia explicitamente a receita de construção antes não segregada. O ajuste de 18.513 em Outras receitas, como nas demais demonstrações, corresponde à reavaliação a valor justo do ativo não circulante.

Na distribuição do valor adicionado, os ajustes de (904) na Remuneração do trabalho, (11.274) no Imposto de renda e contribuição social, (1.665) no COFINS/PIS e (25.592) no Lucro líquido são todos reflexos diretos das alterações introduzidas pelo IFRIC 12 nas linhas de geração, propagando-se de forma consistente para a distribuição do valor criado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Caixa e bancos conta movimento				
Banco do Brasil.....	64	463	64	463
Bradesco.....	4	31	4	31
Santander.....	6	-	6	-
Outros.....	8	8	8	8
	82	502	82	502
Aplicações financeiras				
BTG (a).....	260.464	-	260.464	-
Trustee.....	-	198.570	-	198.570
Banco do Brasil.....	71.768	48.621	94.094	58.602
Santander.....	4.136	-	4.136	-
UBS.....	21.135	-	21.135	-
LetsBank.....	143.818	40.613	143.818	53.652
(-) Perda estimada LetsBank(b).....	(143.818)	-	(143.818)	
	357.503	287.804	379.829	310.824
	357.585	288.306	379.911	311.326

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

a) Aplicação Financeira – Garantia da Operação de Aquisição de Debêntures

Em 4 de setembro de 2025, a Companhia firmou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. para aquisição de valores mobiliários emitidos pela Light S.A., compreendendo: (i) Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada; (ii) Bônus de subscrição emitidos como vantagem adicional às referidas debêntures; e (iii) *Units* emitidas nos termos da Indenture datada de 19 de dezembro de 2024, incluindo os respectivos direitos creditórios vinculados.

A efetivação da operação estava condicionada ao cumprimento de disposições contratuais e à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025. Para assegurar a execução da transação, a Companhia depositou os recursos correspondentes em conta vinculada (*escrow account*) mantida no Banco BTG Pactual S.A., sob a modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB), com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2025, encerrou-se o prazo contratual sem que fossem cumpridas as condições precedentes para conclusão da aquisição. Consequentemente, os recursos anteriormente vinculados foram liberados e retornaram à plena disponibilidade da Companhia, mantendo-se aplicados no Banco BTG Pactual S.A. sob a mesma modalidade de CDB, porém sem restrições de movimentação.

Em função da liberação do vínculo contratual, o saldo foi reclassificado de "Aplicações Financeiras Vinculadas" para "Caixa e Equivalentes de Caixa" em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma vez que a aplicação possui conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e está sujeita a insignificante risco de mudança de valor.

b) Perda estimada CDBs LETSBANK

A Companhia mantinha aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário emitidos pelo Banco LetsBank S.A., anteriormente denominado Banco BlueBank S.A. Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, integrante do conglomerado do Banco Master, nos termos da Lei nº 6.024/1974, evento de crédito que enquadra o ativo no modelo de perda de crédito esperada previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Considerando o regime de liquidação extrajudicial em curso, a ausência de garantias reais vinculadas às aplicações e as incertezas inerentes ao processo de habilitação de créditos junto ao liquidante nomeado pelo BACEN, a Companhia reconheceu perda de crédito esperada correspondente à totalidade do saldo de R\$ 143.818. A Companhia habilitou seus créditos junto ao liquidante e revisará a estimativa caso surjam elementos que alterem materialmente as perspectivas de recuperação. O contexto dessa estimativa de perda no conjunto dos ajustes realizados no exercício está descrito na Nota 1.1.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referia-se a aplicações em fundo de investimento multimercado, destinado a investidores qualificados, com carteira diversificada em diferentes classes de ativos. Durante o exercício de 2025, os valores anteriormente registrados nesta rubrica foram reclassificados para caixa e equivalentes de caixa, em razão da mudança no perfil de liquidez das aplicações, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. REVENDEDORES

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

8. ADIANTAMENTOS

No âmbito da revisão independente contratada pela EMAE, todos os contratos subjacentes aos adiantamentos registrados foram objeto de análise aprofundada. Os achados dessa análise estão detalhados nas seções a seguir.

(a) Aquisição de direito creditório

Refere-se a desembolso realizado antecipadamente para aquisição de direito creditório, com cláusula de recompra facultativa pela cedente, exercida com pagamento a prazo. A recompra resultou na reclassificação do saldo para a rubrica de Outros Ativos Financeiros (Nota 15), onde permaneceu registrado com atualização pelos encargos financeiros contratuais até 31 de dezembro de 2025, encerrando o exercício com saldo de R\$ 26.285. A Companhia reconheceu perda de crédito esperada sobre a totalidade do saldo conforme descrito na Nota 15.

(b) Contrato de serviços técnicos e estudos imobiliários

Os adiantamentos referem-se a desembolsos realizados no âmbito de contrato para elaboração de estudos voltados à avaliação de aproveitamento urbanístico, vocação imobiliária, regularização de licenças e análise tributária de imóveis. O saldo evoluiu de R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 20.000 em 31 de março de 2025 e R\$ 24.998 em 30 de junho de 2025, em razão de novos desembolsos realizados no período. No terceiro trimestre de 2025, a parcela de R\$ 4.343 correspondente a serviços cuja entrega foi documentalmente comprovada foi reconhecida como despesa, reduzindo o saldo para R\$ 20.680, onde permaneceu até 31 de dezembro de 2025. A Administração concluiu pela constituição de estimativa de perda de crédito sobre a totalidade do saldo remanescente, no montante de R\$ 20.680, com base em indícios de irregularidade no processo de contratação, conforme evidenciado em relatório elaborado por assessor independente e, na ausência de interesse da Companhia na continuidade do serviço.

(c) Contrato de estudos, parcerias estratégicas e assessoria financeira

Refere-se a desembolsos no âmbito de contrato de assessoria, cujo saldo evoluiu de R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 22.510 em 30 de junho de 2025, integralmente reconhecido como despesa no terceiro trimestre. A revisão independente identificou elementos que afastam o suporte a esse reconhecimento resultando em sua indedutibilidade permanente para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

No exercício de 2025, a Administração reavaliou as perspectivas de realização dos créditos acumulados de ICMS registrados no ativo, considerando os requisitos aplicáveis para homologação, transferência e utilização desses créditos por meio do sistema e-CredAc.

Com base nessa avaliação, concluiu-se que, no cenário atual, não há evidência de viabilidade técnica imediata para a monetização desses saldos. Em decorrência dessa avaliação, a Companhia constituiu estimativa para perdas correspondente a 100% desses créditos, apresentada como conta redutora do ativo.

A Administração mantém monitoramento contínuo sobre eventuais alterações regulatórias, operacionais ou jurisprudenciais que possam impactar a recuperabilidade desses créditos.

A movimentação das perdas estimadas na realização de créditos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
		(Ajustado)		(Ajustado)
Circulante				
ICMS recuperável.....	22.707	8.099	22.908	8.146
(-) Perda estimada ICMS compensável.....	(22.707)	-	(22.707)	-
INSS a recuperar.....	307	138	307	138
ISS a recuperar.....	7	7	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	8.022	3.166	8.022	3.166
	8.336	11.410	8.537	11.457
Não circulante				
PIS e COFINS a recuperar (i).....	57.996	51.407	57.996	51.407
	66.332	62.817	66.533	62.864

- (i) PIS e COFINS decorre de diferença temporária entre o regime de competência, adotado para o reconhecimento das despesas no resultado, e o regime de caixa previsto na legislação fiscal aplicável às concessões. Nesse contexto, a dedutibilidade e a exigibilidade tributária ficam condicionadas ao efetivo recebimento das receitas, gerando valores que serão realizados em períodos subsequentes, à medida da realização do passivo de contrato.

9.1 IR E CSLL A RECUPERAR

Como consequência da reapuração dos resultados tributáveis históricos decorrente da reapresentação dos saldos comparativos descrita na Nota 2, a Companhia identificou pagamentos em excesso de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") em exercícios anteriores, em decorrência de reconhecimento de receitas superiores conforme apurado com a reapresentação dos saldos comparativos.

Com base em parecer elaborado por assessores externos especializados, a Companhia avaliou as perspectivas de recuperação desses créditos e concluiu que:

(i) Para os exercícios compreendidos entre 2021 e 2025, dentro do prazo prescricional de cinco anos contados da extinção do crédito tributário, a probabilidade de recuperação é provável, nos termos dos artigos 165 e 168 do Código Tributário Nacional e do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996. Os valores recuperáveis de IRPJ e CSLL nessa janela temporal já reconhecidos na rubrica 'IR e CSLL a recuperar' (Nota 9.1) e corrigidos pela taxa SELIC desde a data-base de cada exercício até 31 de dezembro de 2025.

(ii) Para os exercícios anteriores à 2021 (prazo prescricional ordinário), a assessoria especializada identificou fundamentos para a exclusão futura dos valores já oferecidos à tributação, com base nas regras de inexistência de período de competência e no princípio da vedação à dupla tributação, com probabilidade de êxito classificada como possível.

A Companhia está conduzindo os procedimentos administrativos necessários junto à Receita Federal do Brasil para formalização dos pedidos de restituição e compensação dos créditos prováveis, incluindo a retificação das respectivas Escriturações Contábeis Fiscais ('ECF'). Os valores reconhecidos serão atualizados mensalmente pela taxa SELIC até o efetivo recebimento ou compensação.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Circulante				
Projetos em curso (a).....	2.886	2.136	2.886	2.136
Dividendos a receber (Controlada Pirapora).....	6.622	7.389	-	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	160	845	-	-
Aluguéis / Locação	371	308	371	308
Aluguel Petrobras (b).....	3.104	-	3.104	-
Eduardo Yassuda O&M.....	38	282	38	282
Devolução seguros.....	-	32	-	32
Adiantamentos a terceiros.....	45	-	45	-
	13.226	10.992	6.444	2.758
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	1.476	1.476	1.476	1.476
Multas contratuais (e).....	736	623	736	623
Write off (f).....	(6.409)	(6.215)	(6.409)	(6.215)
	(53)	28	(53)	28
	13.173	11.020	6.391	2.786

a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

- b) Valores a receber relativos ao contrato de aluguel da área referente ao uso do espaço onde está instalada UTE Nova Piratininga.
- c) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE em 15 de setembro de 2010, que, por meio de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber relacionado à RTE;
- d) Valores a receber pelos funcionários cedidos a entidades do Governo do Estado de São Paulo, antes da privatização da Companhia. Os montantes vencidos há mais de 360 dias estão registrados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”;
- e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Write off - Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 correspondente a R\$ 6.409, sendo composto por: R\$ 1.476, funcionários cedidos em exercícios anteriores; R\$ 4.144, relativos a RTE; R\$ 738, multas contratuais; reembolso ARSESP; e R\$ 51 referente a locações e aluguéis.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

11.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	(226.135)	14.101	(222.987)	16.242	(226.135)	14.101	(222.987)	16.242
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
	56.534	(3.524)	55.747	(4.061)	20.352	(1.269)	20.069	(1.462)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Indenização reparatória - UTP.....	56.555	-	56.555	-	20.360	-	20.360	-
Gastos permanentemente indedutíveis.....	(27.103)	-	(27.103)	-	(9.877)	-	(9.877)	-
Provisões indedutíveis.....	(27.435)	-	(27.435)	-	(9.757)	-	(9.757)	-
Equivalência patrimonial em controlada.....	6.970	7.778	-	-	2.509	2.800	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	7.473	-	7.473	-	2.690	-	2.690
Incentivos fiscais.....	747	219	747	219	-	-	-	-
Outros.....	2.156	(829)	2.156	(852)	768	(307)	768	(307)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	5.591	6.876	-	-	1.810	2.290
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados.....	68.424	11.117	66.258	9.656	24.355	3.914	23.373	3.211
Corrente.....	(10.541)	(3.072)	(12.707)	(4.510)	(4.072)	(1.194)	(5.054)	(1.897)
Diferido.....	78.965	14.189	78.965	14.189	28.427	5.108	28.427	5.108
Alíquota efetiva.....	30%	(79%)	30%	(59%)	11%	(28%)	10%	(20%)

11.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
	Ajustado		Ajustado	
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	83.669	32.932	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b).....	-	-	28.907	24.634
Ativo fiscal diferido ORA (c).....	62.477	48.959	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d).....	-	-	79.141	92.241
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (e).....	-	-	-	21.048
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (f).....	-	-	7.574	5.927
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	30.121	11.855	-	-
Obrigação fiscal diferida Sabesp (b).....	-	-	10.407	8.868
Ativo fiscal diferido ORA (c).....	22.492	17.625	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (d).....	-	-	28.490	33.207
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (e).....	-	-	-	7.576
Passivo fiscal diferido - Gag melhorias (f).....	-	-	2.727	2.133
	198.759	111.371	157.246	195.634
Compensação entre Ativos e Passivos (g).....	(157.246)	(111.371)	(157.246)	(111.371)
	41.513	-	-	84.263

- a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre diferenças temporariamente indedutíveis, cujos principais componentes são: (i) contingências trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota 22); (ii) perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa; e (iii) demais provisões temporariamente indedutíveis;
- b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 27.2);
- c) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 21);
- d) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes;
- e) Passivo fiscal diferido relativos a ajustes de elementos do ativo em contrapartida ao resultado;
- f) Decorre da diferença temporal entre o reconhecimento contábil e a efetiva tributação (realização fiscal) dos ativos de concessão e indenizáveis. A reversão deste passivo ao resultado ocorrerá na realização do Passivo de contrato.
- g) Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026.....	93.206
2027.....	1.287
2028.....	1.287
2029.....	1.287
2030.....	1.287
2031 até jan/2043.....	15.438
	113.790

O montante de R\$ 113.790 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, Nota 11.2 alínea (a).

12. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	277	486	277	490
Garantia financeira (b).....	-	-	440	-
	277	486	717	490
Não circulante				
Depósitos judiciais (c).....	61.146	60.330	61.179	60.330
	61.423	60.816	61.896	60.820

- a) Refere-se à caução vinculado ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Refere-se a recursos mantidos em conta corrente vinculada sob custódia do agente financeiro mandatário (Banco Bradesco S.A.), exigidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para assegurar a liquidação financeira das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP).
- c) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito mais relevante, no valor de R\$ 24.796, valor atualizado, refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. A EMAE identificou que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo – SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.

13. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Compreendia ativos da Companhia classificados como mantidos para venda, para os quais havia expectativa de realização por meio de alienação no prazo de até 12 meses subsequentes à data de referência. Com fundamento em laudos de avaliação elaborados por especialistas independentes, tais ativos estão mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da revisão do plano de realização, os ativos foram reclassificados para a rubrica Propriedades para investimento.

	Controladora e Consolidado		31.12.25
	31.12.24	Reclassificação	
ATIVO			
Terrenos Zuccolo			
Custo histórico.....	17	(17)	-
Ajuste a valor justo.....	243.616	(243.616)	-
(-) Remediação (a).....	(13.650)	13.650	-
	<u>229.983</u>	<u>(229.983)</u>	-

Terrenos – (antigo Bota-Fora 14)

O ativo referente aos terrenos denominados "Bota-Fora 14" foi reclassificado para o grupo de Propriedades para Investimento (Nota 17), em virtude da reavaliação da estratégia de comercialização e do cronograma de alienação pela Administração, deixando de atender aos critérios de venda imediata previstos no CPC 31 (Ativo Não Circulante Mantido para Venda).

14. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Abrange os bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam totalmente depreciados em 31 de dezembro de 2012. Devido à prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, tais ativos deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, conforme o disposto no artigo 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, e na Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022.

Em atendimento ao referido decreto, a Companhia manifestou seu interesse em receber a indenização por meio de ofício enviado à ANEEL em 26 de dezembro de 2013. Em julho de 2022, fundamentada na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21 (posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022), a EMAE encaminhou à ANEEL relatório detalhado de avaliação dos bens. Após análise, a ANEEL estabeleceu, na 5ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria (21 de dezembro de 2023) e ratificou na 1ª Reunião Pública Ordinária (23 de janeiro de 2024), que a Base de Remuneração Líquida seria de R\$ 281 milhões, com referência à base de 31 de dezembro de 2012. Em 23 de abril de 2024, os autos do processo foram encaminhados pelo Ofício nº 01/2024 - DIR/ANEEL ao Ministério de Minas e Energia para o reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE.

Em agosto de 2025, o MME recebeu contribuições à Consulta Pública nº 190/2025 sobre diretrizes para reconhecer investimentos complementares ao projeto básico, conforme Decreto nº 7.850/2012. A Secretaria-Executiva coordenou a consulta entre 03 de junho de 2025 a 18 de agosto de 2025, incluindo proposta de Portaria Normativa e temas como atualização e pagamento de valores indenizatórios. A EMAE participou e aguarda decisão do MME.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 195,4 milhões.

15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, para totalidade dos saldos foi reconhecida perda estimada de crédito em razão de avaliação de não recuperabilidade decorrente da decisão da Administração suportada pela revisão independente, resultando em saldo líquido nulo. O contexto e os fundamentos dessas provisões estão descritos na Nota 1.1.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Instrumento financeiro (a)	74.270	-	86.059	-
Instrumento financeiro (b)	26.285	-	26.285	-
(-) Perda estimada	(100.555)	-	(112.344)	-
Total..	-	-	-	-

i. Instrumento financeiro (a)

Refere-se a instrumento financeiro contratado no primeiro trimestre de 2025, com prazo de um ano, com contraparte que figurava como parte relacionada da Companhia à época da contratação. A eficácia da operação estava condicionada à anuência prévia do órgão regulador competente, sem a qual o instrumento não poderia ser reconhecido como investimento financeiro. A revisão independente avaliou as condições de liquidez e patrimoniais da contraparte e a totalidade da exposição ao mesmo grupo econômico, concluindo pelo reconhecimento de perda estimada de crédito integral do saldo de R\$ 86.059. Os detalhes das transações com a contraparte estão descritos na Nota 27.1.

ii. Instrumento financeiro (b)

Refere-se a direito creditório registrado originalmente como adiantamento em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 20.000, quando os termos contratuais definitivos ainda se encontravam em fase de formalização. No primeiro trimestre de 2025, com a conclusão da estruturação contratual, o ativo foi reclassificado para esta rubrica e passou a ser mensurado com atualização pelos encargos financeiros contratuais, à taxa de 100% do CDI acrescida de 1% ao mês. Em 20 de junho de 2025, a cedente exerceu seu direito de recompra contratualmente previsto, com pagamento acordado até 30 de dezembro de 2025. O saldo foi atualizado ao longo do exercício, encerrando em R\$ 26.285 em 31 de dezembro de 2025. O não cumprimento da obrigação de pagamento no prazo contratual, primeiro trimestre de 2026, fundamentou em reconhecimento de estimativa de perda integral do saldo.

16. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Participações permanentes em outras sociedades

Controladora e Consolidado

	31.12.25	31.12.24
Pirapora Energia S.A (a).....	155.181	156.090

Participação em controlada - Pirapora Energia S.A

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.12.25	31.12.24
Ativo.....	163.868	165.477
Passivo.....	8.687	9.387
Patrimônio Líquido.....	155.181	156.090
	2025	2024
Lucro do exercício.....	27.881	31.113

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2024.....	156.090
Dividendo adicional aprovado em 2025.....	(22.168)
Resultado de equivalência patrimonial.....	27.881
Dividendo obrigatório 2025.....	(6.622)
Saldo em 31.12.2025.....	155.181

17. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento compreendem ativos mantidos pela Companhia para obtenção de aluguel ou valorização de capital, não sendo utilizados na produção ou fornecimento de energia elétrica ou em atividades administrativas.

	Controladora e Consolidado			Saldo 31.12.25
	Saldo 31.12.24	Reclassificação	Resultado AVJ	
ATIVO				
(i) Áreas adjacentes Usina São Paulo	136.995	-	(14.306)	122.689
Custo histórico.....	2	-	-	2
Ajuste a valor justo.....	136.993	-	(14.306)	122.687
(ii) Edifício Rua Augusta	84.700	-	(31.100)	53.600
Custo histórico.....	82.461	-	-	82.461
Ajuste a valor justo.....	2.239	-	(31.100)	(28.861)
(iii) Terrenos Bota-Fora	-	229.983	(89.683)	140.300
Custo histórico.....	-	17	-	17
Ajuste a valor justo.....	-	243.616	(89.683)	153.933
(-) Remediação (a).....	-	(13.650)	-	(13.650)
	221.695	229.983	(135.089)	316.589

i. Áreas adjacentes à Usina São Paulo

Correspondem a propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Em 2020 a EMAE concedeu áreas adjacentes à Usina São Paulo para a exploração comercial, considerando o direito ao recebimento de outorga fixa no valor de R\$ 280 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável. Durante o exercício a Companhia auferiu receita de R\$ 17.906. Em contrapartida houve redução em seu valor justo no valor de R\$ 14.306.

ii. Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 – São Paulo

O edifício localizado à Rua Augusta, nº 1.626, São Paulo/SP, foi adquirido em 2022 por meio de permuta com terreno inserido no Parque Villa Lobos. Durante o exercício de 2024, o ativo foi reclassificado da rubrica de “Ativo não circulante mantido para venda” para “Propriedades para investimento”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou redução de R\$ 31.100 no valor justo deste ativo, reconhecida diretamente no resultado. Esse ajuste negativo foi fundamentado no recebimento de propostas firmes, que passaram a balizar o novo valor de mercado (valor justo) do imóvel, resultando em um saldo contábil final de R\$ 53.600.

iii. Terrenos Bota-Fora

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reclassificou para propriedades para investimento o conjunto de terrenos denominado "Bota-Fora 14", anteriormente classificado como ativo não circulante mantido para venda. O ativo compreende três glebas contíguas localizadas na Avenida Dra. Ruth Cardoso, s/nº, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, totalizando 159.243 m²: (i) Bota-Fora Caixa A e B com 113.961 m²; (ii) Bota-Fora ADC com 23.662 m²; e (iii) Bota-Fora Caixa C com 21.620 m².

A reclassificação reflete a decisão da Nova Administração de manter o ativo para valorização de capital, em detrimento da alienação no curto prazo. Conseqüentemente, o ativo deixou de atender aos critérios do CPC 31 e passou a ser classificado conforme CPC 28 (R1), uma vez que não é utilizado nas atividades operacionais da Companhia.

Mensuração e Valor Justo: O ativo está registrado pelo seu valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido um ajuste negativo ao valor justo no montante de R\$ 89.683. Este ajuste foi realizado considerando o valor de propostas firmes recebidas de terceiros.

(a) Remediação: Corresponde à estimativa de custo para descontaminação do solo, cujas premissas são revisadas periodicamente com base em laudos técnicos de especialistas.

18. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.2025
Controladora							
Em serviço							
Terrenos.....		4.283	-	-	-	-	4.283
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias.....	2,0%	663	-	-	-	(59)	604
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.023	134	(357)	-	(575)	3.225
Veículos.....	14,3%	146	-	(66)	-	(8)	72
Móveis e Utensílios.....	6,3%	240	54	-	-	(30)	264
Subtotal.....		9.355	188	(423)	-	(672)	8.448
Em curso							
Terrenos.....		149	-	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		52.232	-	-	-	(6.350)	45.882
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias.....		5.676	242	(1.233)	-	(186)	4.499
Máquinas e Equipamentos.....		30.595	131	(23.072)	-	(3.913)	3.741
Veículos.....		254	-	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		2	-	-	-	-	2
Outros.....		21.321	-	(19.332)	-	-	1.989
Subtotal.....		110.229	373	(43.637)	-	(10.449)	56.516
Direito de uso - Edificações, Obras civis e Benfeitorias (nota 19).....		-	9.430	-	-	(157)	9.273
Total Controladora.....		119.584	9.991	(44.060)	-	(11.278)	74.237

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.24	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.2025
Consolidado							
Em serviço							
Terrenos.....		4.283	-	-	-	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	40.845	-	-	-	(1.071)	39.774
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias.....	2,0%	43.910	-	-	-	(1.181)	42.729
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	54.114	134	(357)	16	(2.864)	51.043
Veículos.....	14,3%	146	-	(66)	-	(8)	72
Móveis e Utensílios.....	6,3%	241	54	-	-	(30)	265
Subtotal.....		143.539	188	(423)	16	(5.154)	138.166
Em curso							
Terrenos.....		149	-	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		53.208	-	-	-	(6.350)	46.858
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias.....		5.676	641	(1.233)	-	(186)	4.898
Máquinas e Equipamentos.....		32.287	2.227	(23.072)	(11)	(3.913)	7.518
Veículos.....		254	-	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		8	-	-	(5)	-	3
Outros.....		21.321	-	(19.332)	-	-	1.989
Subtotal.....		112.903	2.868	(43.637)	(16)	(10.449)	61.669
Direito de uso - Edificações, Obras civis e Benfeitorias (nota 19).....		-	9.430	-	-	(157)	9.273
Total Consolidado.....		256.442	12.486	(44.060)	-	(15.760)	209.108

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.24
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	1.813	-	4.283
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	690	-	36	(63)	663
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	3.502	14	1.487	(980)	4.023
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(163)	146
Móveis e Utensílios.....	6,3%	269	-	-	(29)	240
Subtotal.....		7.173	14	3.403	(1.235)	9.355
Em curso						
Terrenos.....		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		52.232	-	-	-	52.232
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		5.712	-	(36)	-	5.676
Máquinas e Equipamentos.....		32.050	5	(1.460)	-	30.595
Veículos.....		254	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		2	-	-	-	2
Outros.....		21.321	-	-	-	21.321
Subtotal.....		111.720	5	(1.496)	-	110.229
Total Controladora.....		118.893	19	1.907	(1.235)	119.584

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.24
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	1.813	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	41.916	-	-	(1.071)	40.845
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	45.059	-	36	(1.185)	43.910
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	55.882	14	1.487	(3.269)	54.114
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(163)	146
Móveis e Utensílios.....	6,3%	270	-	-	(29)	241
Subtotal.....		145.839	14	3.403	(5.717)	143.539
Em curso						
Terrenos.....		149	-	-	-	149
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		53.208	-	-	-	53.208
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		5.712	-	(36)	-	5.676
Máquinas e Equipamentos.....		33.427	321	(1.460)	-	32.288
Veículos.....		254	-	-	-	254
Móveis e Utensílios.....		2	5	-	-	7
Outros.....		21.321	-	-	-	21.321
Subtotal.....		114.073	326	(1.496)	-	112.903
Total Consolidado.....		259.912	340	1.907	(5.717)	256.442

19. ARRENDAMENTO

- a) A EMAE celebrou contrato de locação do imóvel destinado à sede administrativa, referente à Unidade 21 do Condomínio São Luiz, em São Paulo, com prazo de 60 meses a partir de 1º de julho de 2025. O aluguel mensal é de R\$ 113, reajustado anualmente pelo IPCA, com carência de oito meses para início dos pagamentos. Os encargos de IPTU, condomínio e seguros são de responsabilidade da Companhia. O contrato foi reconhecido como arrendamento operacional nos termos do CPC 06, com o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mensurados a valor presente utilizando taxa de desconto compatível com taxas de mercado.

Direito de uso (ativo)

	Controladora e Consolidado		
	Data de início do Contrato	Depreciação	Saldo em
	01.07.25		31.12.25
ATIVO			
(I) Direito de uso.....	3.646	(61)	3.585
(II) Obras civis e benfeitorias.....	5.784	(96)	5.688
	<u>9.430</u>	<u>(157)</u>	<u>9.273</u>

- I. Corresponde ao valor total contratual, trazido a valor presente por uma taxa de desconto de 13,47% ao ano.
- II. Obras civis e benfeitorias – investimentos feitos na nova sede para garantir que ela ofereça as melhores condições de uso e aproveitamento.

Arrendamento a pagar (passivo)

	Controladora e Consolidado			
	Data de início	Juros		Saldo
	01.07.25	Transferências	Incorridos	31.12.25
Arrendamento a pagar				
Circulante				
Valor contratual.....	454	681		1.135
Juros a apropriar.....	(65)	(105)	52	(118)
	<u>389</u>	<u>576</u>	<u>52</u>	<u>1.017</u>
Não Circulante				
Valor contratual.....	5.446	(681)		4.765
Juros a apropriar.....	(2.189)	105	283	(1.801)
	<u>3.257</u>	<u>(576)</u>	<u>283</u>	<u>2.964</u>
	<u>3.646</u>	<u>-</u>	<u>335</u>	<u>3.981</u>

Valor presente das parcelas de arrendamento a pagar:

2027.....	1.040
2028.....	872
2029.....	732
2030.....	320
	2.964

20. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Provisão de férias e encargos.....	6.789	8.076
PLR e Bônus.....	16.142	2.735
	22.931	10.811

As estimativas estão sujeitas a revisões futuras, conforme a efetiva apuração dos resultados e critérios de desempenho apurados.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAË e EMAË-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMAË possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAË-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAË, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAË, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAE é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV)

A criação dos subplanos do PSAP/EMAE remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a. Plano saldado BSPS - vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. O regulamento vigente estabelece que a EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPS.

b. Plano BD - iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c. Plano CV - iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuarias relativos aos seus aportes.

Política de Investimentos do PSAP/EMAE

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (“Asset Liability Management”), resultou na alocação média no ano de 88% em renda fixa, 6% em renda variável e 8% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 12,10% em 2025, ante a meta atuarial de 9, 52% no mesmo período.

Premissas atuariais para cálculo conforme CPC 33 (R1) IAS19

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	BSPS		BD		CV	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido						
Taxa nominal de desconto.....	11,56%	11,66%	11,56%	11,66%	11,56%	11,66%
Taxa nominal de crescimento salarial.....	7,43%	4,00%	7,43%	4,00%	7,43%	4,00%
Taxa de inflação estimada de longo prazo.....	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa nominal de reajuste de benefícios.....	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%

	BSPS		BD		CV	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido						
Taxa nominal de desconto.....	11,56%	9,39%	11,56%	9,39%	11,56%	9,39%
Taxa nominal de crescimento salarial.....	7,43%	3,80%	7,43%	3,80%	7,43%	3,80%
Taxa de inflação estimada de longo prazo.....	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%
Taxa nominal de reajuste de benefícios.....	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%

	BSPS		BD		CV	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Média ponderada da duration da obrigação de benefício definido (anos)						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos.....	11,06%	7,65	11,06%	9,17	11,06%	11,36
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos.....	12,06%	7,41	12,06%	8,85	12,06%	10,88

Tábua de mortalidade geral.....

Tábua de mortalidade de inválidos.....

Tábua de entrada em invalidez.....

31.12.25	31.12.24
BR EMSsb 21 segregado por sexo	AT - 2000 Masculina suavizada em 10%
MI-85 por sexo	AT-49 Masc agravada em 10%
Light Fraca	Mercer Disability Masculina suavizada em 50%

BSPS

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.25	31.12.24
113	182
9	8
13	13
866	825
27	29
106	106

BD

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.25	31.12.24
18	201
2	10
4	17
869	810
27	28
109	105

CV

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.25	31.12.24
0	200
0	7
0	13
374	576
13	14
54	52

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Total do passivo atuarial.....	1.085.814	1.023.612	445.249	415.336	61.142	72.267	1.592.205	1.511.215
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(814.033)	(814.868)	(533.018)	(501.989)	(74.812)	(60.767)	(1.421.863)	(1.377.624)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	87.769	86.653	13.670	-	101.439	86.653
Passivo líquido (ativo).....	271.781	208.744	-	-	-	11.500	271.781	220.244

Movimentação das obrigações dos planos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.023.612	1.183.913	415.336	470.304	72.267	87.426	1.511.215	1.741.643
Custo do serviço corrente.....	-	-	(180)	4	-	-	(180)	4
Juros sobre obrigação atuarial.....	113.565	106.635	46.437	42.658	8.137	7.983	168.139	157.276
Redimensionamento da obrigação.....	50.617	(152.830)	15.159	(72.102)	(13.048)	(17.070)	52.728	(242.002)
Benefícios pagos.....	(110.341)	(114.106)	(33.294)	(27.119)	(7.238)	(6.072)	(150.873)	(147.297)
Contribuição de participante.....	8.361	-	1.791	1.591	1.024	-	11.176	1.591
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.085.814	1.023.612	445.249	415.336	61.142	72.267	1.592.205	1.511.215

Movimentação dos ativos do plano

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Valor justo do ativo do plano.....	(814.868)	(836.133)	(501.989)	(500.623)	(60.767)	(60.091)	(1.377.624)	(1.396.847)
Contribuições da empresa para o plano.....	(33.018)	(53.758)	(810)	(1.295)	(302)	(1.248)	(34.130)	(56.301)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(93.515)	(76.893)	(56.710)	(45.677)	(6.864)	(5.472)	(157.089)	(128.042)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto.....	25.388	37.810	(5.012)	20.078	(13.092)	(28)	7.284	57.860
Contribuições de participantes para o plano	(8.361)	-	(1.791)	(1.591)	(1.025)	-	(11.177)	(1.591)
Benefícios pagos pelo plano.....	110.341	114.106	33.294	27.119	7.238	6.072	150.873	147.297
Valor justo do ativo do plano.....	(814.033)	(814.868)	(533.018)	(501.989)	(74.812)	(60.767)	(1.421.863)	(1.377.624)

Conciliação do valor líquido do passivo atuarial

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	208.744	347.780	-	-	11.500	10.341	220.244	358.121
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	20.050	29.742	(349)	(168)	1.273	915	20.974	30.489
Contribuição da empresa para o plano.....	(33.018)	(53.758)	(810)	(1.295)	(302)	(1.248)	(34.130)	(56.301)
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	76.005	(115.020)	1.159	1.463	(12.471)	1.492	64.693	(112.065)
Saldo final.....	271.781	208.744	-	-	-	11.500	271.781	220.244

Análise de sensibilidade

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	1.121.942	1.063.508	461.435	434.828	64.034	76.490	1.647.411	1.574.826
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	1.041.154	986.383	426.510	397.350	57.714	68.441	1.525.378	1.452.174
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	415.045	60.755	72.267	1.583.230	1.510.923
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	416.135	60.755	72.267	1.583.230	1.512.013
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	415.045	60.755	72.267	1.583.230	1.510.923
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	416.135	60.755	72.267	1.583.230	1.512.013
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	415.045	60.755	72.267	1.583.230	1.510.923
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%.....	1.080.112	1.023.611	442.363	416.135	60.755	72.267	1.583.230	1.512.013

A estimativa da despesa para o exercício de 2026 está demonstrada a seguir:

	2026		
	BSPS	BD	CV
Custos dos serviços correntes.....	-	(497)	-
Juros sobre obrigação atuarial.....	(120.827)	(49.286)	(6.633)
Rendimento esperado dos ativos dos planos.....	90.068	59.766	8.258
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso.....	-	(10.480)	(1.625)
Total da despesa projetada para o exercício.....	(30.759)	(497)	-

Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Vivest

Com o saldamento do plano que era oferecido aos empregados até 1997, foi formalizado um contrato de ajuste de reservas para amortizar o déficit técnico atuarial do BSPS entre a EMAE e a Fundação CESP à época e atual VIVEST.

O contrato está no terceiro aditivo com vencimento previsto para março de 2032. Com a mudança do indexador do plano para IPCA, o saldo atual do contrato também é atualizado pelo IPCA a partir de maio de 2021 e é integrado anualmente ao superávit ou déficit apurado em cada avaliação atuarial, recalculando as parcelas de amortização com base nesse novo saldo e o prazo de vencimento do contrato.

De acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis, eventuais déficits nos subplanos BD e CV também devem ser equacionados, sendo que o subplano CV já exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015 e de 2018 a 2021, não sendo necessário equacionamento em função da avaliação atuarial de 2024.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1) /IAS19 decorre da diferença entre as metodologias contábeis utilizadas para cada finalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a diferença entre essas duas metodologias é a seguinte:

Critério - Atuário Independente - CPC 33 (R1) IAS 19

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.25
BSPS.....	(814.033)	1.085.814	-	271.781
BD.....	(533.018)	445.249	87.769	-
CV.....	(74.812)	61.142	13.670	-
Total.....	(1.421.863)	1.592.205	101.439	271.781

Critério - Atuário responsável pelo plano - Método Previc

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.25
BSPS.....	(874.902)	1.258.599	383.697	383.697
BD.....	(533.037)	533.037	-	-
CV.....	(91.759)	93.729	1.970	1.970
Total.....	(1.499.699)	1.885.365	385.666	385.666

Estimativa dos fluxos de benefícios para os próximos anos:

	BSPS	BD	CV	Total
2026.....	96.593	35.316	4.787	136.696
2027.....	94.392	35.182	4.726	134.299
2028.....	91.972	35.929	4.660	132.560
2029.....	89.290	35.717	4.585	129.592
2030.....	86.579	36.020	4.508	127.107
Próximos 5 anos.....	388.331	182.727	21.067	592.124
	847.155	360.891	44.332	1.252.377

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

22.1 Contingências – Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.25
	Saldo 31.12.24	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a).....	14.387	1.825	-		16.212
Diversas (b).....	32.440	4.226	(9.818)	(1.342)	25.506
	46.827	6.051	(9.818)	(1.342)	41.718
Cíveis (c).....	52.698	5.007	(55.620)		2.085
Tributárias (d).....	15.738	112.025	(31)	-	127.732
Ambiental (e).....	7.395	764	(5.628)	-	2.531
Administrativo.....	119	12	(131)	-	-
	122.777	123.859	(71.228)	(1.342)	174.066

a. Periculosidade

Ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (1999) pleiteando adicional de periculosidade. Sentença transitada em julgado favorável a 32 empregados remanescentes. Em fase de execução, a EMAE contesta a metodologia pericial via Agravo de Petição e Mandado de Segurança (nº 1005331-61.2023.5.02.0000). A parcela controversa foi reclassificada para perda possível, mantendo-se como provável apenas o valor incontroverso.

b. Diversas

Referem-se a diversas ações de ex-empregados e terceirizados envolvendo responsabilidade subsidiária, horas extras, insalubridade e equiparação salarial, entre outros.

c. Cíveis

Ação de cumprimento de sentença movida pela Fundação CESP (Vivest) referente a honorários sucumbenciais. Valor provisionado: R\$ 887 (passivo não circulante).

d. Tributário

Saldo total de provisões tributárias: R\$ 127.732, composto por: (i) R\$ 17.953 referente a IPTU do imóvel da Av. Nossa Senhora do Sabará, objeto de ação anulatória com tutela de urgência em curso; e (ii) R\$ 109.741 constituído em razão de efeitos decorrentes de revisões de natureza contábil adotadas no exercício, mensurado com base em avaliação técnica e jurídica especializada.

e. Ambiental

Execução fiscal da Fazenda Estadual decorrente de multa aplicada pela CETESB por descarga em represas. Ação anulatória julgada desfavoravelmente em novembro de 2024, com processo em fase de conversão do depósito judicial. Valor provisionado: R\$ 1.576.

22.2 Contingências – Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 31 de dezembro de 2025, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.25	31.12.24
Administrativo.....	5.641	10.103
Ambiental	9.277	5.544
Cível.....	64.329	5.314
Trabalhista.....	44.686	48.628
Tributário.....	136.855	116.732
	260.788	186.321

a. Administrativo

Impugnação do IPTU 2025 junto à Prefeitura de Rio Grande da Serra. Valor: R\$ 1.929.

b. Ambiental

(i) Ação Civil Pública (Defensoria Pública, 2013) por supostos danos relacionados a inundação no Jardim Pantanal. Nexos causal com as atividades da EMAE não demonstrado. Valor: R\$ 5.202. (ii) Ação Civil Pública (MPSP, 2015) por arraste de sedimentos no Córrego Ajudante. Após trânsito em julgado, a EMAE efetuou pagamento de sua cota-parte (50%), resultando em reclassificação de provável para possível. Valor remanescente: R\$ 3.187.

c. Cível

Ação da AES Sul contra a ANEEL referente ao Despacho nº 288/2002 (alívio de exposição Itaipu, racionamento de energia 2001). Ação julgada improcedente e confirmada em recurso (julho/2025), sem obrigação presente de desembolso. Risco reclassificado de provável para possível. Valor: R\$ 58.107.

d. Trabalhista

Parcela controversa da ação coletiva do Sindicato dos Eletricitários (vide 22.1.a).

e. Tributário

Execuções fiscais da Prefeitura de Cubatão referentes a IPTU (2014–2021) de imóvel originalmente de propriedade da Eletropaulo, com a EMAE figurando como corresponsável. Valor: R\$ 51.804.

22.3 Ativos Contingentes

A companhia enfrenta atualmente 21 processos de desapropriação com resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 68.843.

Adicionalmente, a ANEEL concluiu em dezembro de 2023, por meio do Despacho nº 5.103/2023, a apuração da Base de Remuneração Regulatória Líquida ("BRR") referente aos bens reversíveis das usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, fixando-a em R\$ 281.086 a preços de 31 de dezembro de 2012. O processo foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para definição das diretrizes finais de indenização, tendo sido aberta Consulta Pública nº 190/2025 em agosto de 2025 sobre critérios de atualização e cronograma de pagamento, cuja decisão permanece pendente na data de encerramento do exercício. A diferença entre a BRR apurada (R\$ 281.086) e o saldo contábil reconhecido na rubrica Ativo Reversível da Concessão (R\$ 195.374) constitui ativo contingente nos termos do CPC 25, não reconhecido contabilmente em razão da ausência de ato normativo definitivo do Poder Concedente. A Administração acompanha o andamento do processo junto ao MME.

23. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Controladora e Consolidado					31.12.25
	31.12.24	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.798	136	(136)	(1.799)	1.800
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.798	(1.798)				-
	3.599	-	136	(136)	(1.799)	1.800

24. PASSIVO DE CONTRATO

O passivo de contrato representa a obrigação da Companhia de entregar serviços de construção e melhoria da infraestrutura das usinas cotistas em contrapartida a recursos recebidos antecipadamente via parcela da receita denominada Gestão dos Ativos de Geração Melhoria (“GAG Melhoria”) da Receita Anual de Geração (“RAG”) em excesso à receita reconhecida no período pela obrigação de desempenho de construção e melhoria. O passivo é reconhecido e mensurado em conformidade com os itens 105 a 108 do CPC 47 / IFRS 15, pela diferença entre o total da GAG Melhoria recebida desde 1º de julho de 2018 e a receita acumulada de construção e melhoria reconhecida pelo método do custo acrescido de margem no mesmo período.

O passivo de contrato é liquidado à medida que a Companhia realiza investimentos nas usinas cotistas, reconhecendo o custo de construção acrescido da margem como receita de construção no resultado do período. Os valores recebidos via parcela GAG Melhoria abatem o passivo de contrato na medida em que essa receita de construção é reconhecida. Não há constituição de provisão com base em plano de investimentos estimado; o passivo reflete exclusivamente a diferença acumulada entre os recursos recebidos via GAG Melhoria e a receita de construção efetivamente reconhecida.

A Companhia reconhece no passivo circulante a parcela estimada das obrigações cuja realização é esperada no período de até 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, considerando o prazo remanescente da concessão.

O saldo em 31 dezembro de 2025 reflete os investimentos realizados versus os recursos recebidos de Gag melhorias conforme a seguir:

Ano calendário	Investimentos na concessão (a)	Ke Regulatório (b)	Receita líquida de tributos (c)=a/(1-b)	Receita Bruta Gag Melhorias (d)=c/(1-9,25%)	Gag Melhorias recebida (e)	Passivo de Contrato (f)=(e)-(d)
2013 a 2018	67.627	14%	78.875	86.914	90.059	3.145
2019	23.949	11%	27.051	29.808	177.159	150.496
2020	26.946	17%	32.344	35.640	184.610	299.465
2021	86.716	17%	104.376	115.015	197.008	381.459
2022	93.045	16%	111.126	122.453	217.079	476.084
2023	117.486	17%	140.709	155.051	216.713	537.746
2024	134.442	16%	160.998	177.408	195.413	555.751
2025	84.628	13%	96.775	106.639	177.874	626.986

Ke Regulatório – Corresponde ao Custo de capital regulatório definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, customizado a estrutura de capital da Companhia.

25. OUTRA OBRIGAÇÃO

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (*city gate*), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIC, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Durante o ano de 2025 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 627 no Resultado.

26. OUTROS PASSIVOS

Controladora e Consolidado

	31.12.25	31.12.24
Depósitos Judiciais (a).....	482	411
Cauções contratuais.....	209	173
Racionalização da base acionária (b).....	4.737	592
Seguros a pagar.....	5.408	5.933
	10.836	7.109

- Referem-se a valores relativos a ações trabalhistas já transitadas em julgado, cujos depósitos judiciais ainda não foram liberados em favor da parte contrária;
- O montante registrado no período refere-se ao saldo financeiro remanescente do leilão das frações de ações decorrentes da operação de grupamento de ações de emissão da Companhia, ocorrida em 16 de junho de 2025.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 4 de outubro de 2025, a Sabesp celebrou contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Companhia, com a liquidação da operação em 21 de janeiro de 2026. Em conformidade com o CPC 05 (R1), a Administração considera que, em 31 de dezembro de 2025, tanto a Milos Participações Ltda., empresa com pessoas-chave em comum com a ex-administradores da EMAE, quanto a Sabesp configuram partes relacionadas da Companhia. A partir de 21 de janeiro de 2026, com a transferência efetiva do controle e alteração de administradores, cessou a relação de parte relacionada entre a Milos e a Companhia.

27.1 Operações financeiras com a Milos Participações Ltda

Durante o exercício de 2025, a Companhia firmou dois contratos com a Milos Participações Ltda., descritos a seguir.

(a) Instrumento financeiro

Instrumento financeiro para aquisição de valores mobiliários a termo, com desconto incidente sobre o respectivo preço de referência, sujeito a correção pela taxa Selic acrescida de 4,5% ao ano. Por tratar-se de operação com parte relacionada, sua eficácia estava condicionada à anuência prévia do órgão regulador competente, nos termos da regulamentação aplicável. O prazo contratual transcorreu sem que a aprovação regulatória fosse obtida e sem liquidação pela contraparte. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 74.270 na controladora e R\$ 86.059 no consolidado, sobre os quais a Companhia constituiu estimativa de perda de crédito correspondente à totalidade dos valores.

(b) Contrato de mútuo

Mútuo no valor de R\$ 10.000, celebrado em 28 de fevereiro de 2025, com vencimento em 28 de fevereiro de 2026, corrigido pela taxa Selic acrescida de 4,5% ao ano, com pagamento em parcela única. O contrato venceu sem liquidação pela contraparte. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 11.633, sobre o qual a Companhia constituiu estimativa de perda de crédito correspondente à totalidade do valor.

27.2 Ativo financeiro Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 115.628, dos quais R\$ 106.113 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a., aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.25
	Saldo 31.12.24	Transferências	Encargos		
			Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	13.756	9.886	644	(10.289)	13.997
Ajuste a valor presente.....	(4.621)	(4.482)	4.621	-	(4.482)
	9.135	5.404	5.265	(10.289)	9.515
Não Circulante					
Sabesp.....	136.352	(9.886)	11.790	-	166.608
Ajuste a valor presente.....	(46.951)	4.482	10.326	-	(60.495)
	89.401	(5.404)	22.116	-	106.113
	98.536	-	27.381	(10.289)	115.628

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2027.....	11.907
2028.....	12.947
2029.....	14.077
2030.....	15.307
2031 até jan/2043.....	61.390
	<u>115.628</u>

27.3 Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora

Com anuência da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada – Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante os exercícios de 2025 e 2024 com base no convênio, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 2.785 e R\$ 5.145, respectivamente.

27.4 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2025 e 2024 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Pessoal Chave da Administração	2025		2024	
	n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....	5	12.440	5	3.953
Conselho Fiscal.....	3	254	2	371
Conselho de Administração.....	9	1.696	11	1.568
Comitê de Auditoria.....	4	685	4	629
	21	15.075	22	6.521

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não houve emissão de novas ações. A redução de 20 ações decorre de operação de grupamento e desdobramento simultâneo (proporção 50:1 e 1:50) aprovada pela Companhia, conforme Aviso aos Acionistas de 12 de maio de 2025, com frações vendidas em leilão na B3 em 16 de junho de 2025.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

- d. e direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

28.2 Resultado por Ação – Básico e Diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros (Prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valor por ação):

	Acumulado	
	2025	2024
		Ajustado
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(133.356)	29.132
Resultado disponível aos acionistas ordinários.....	(50.063)	10.937
Resultado disponível aos acionistas preferenciais.....	(83.293)	18.196
	(133.356)	29.132
Número de ações ordinárias.....	14.705.350	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.700	22.241.714
Total.....	36.947.050	36.947.084
Resultado por ação básico e diluído		
Ação Preferencial.....	R\$ (3,74)	R\$ 0,82
Ação Ordinária.....	R\$ (3,40)	R\$ 0,74

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

28.3 Destinação do Resultado Líquido do Exercício

	2025	2024
		Ajustado
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	(133.356)	29.132
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	-	(1.457)
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	(133.356)	27.676
Dividendo obrigatório (25%).....	-	6.919
(-) JCP pagos no exercício imputados aos dividendos.....	-	29.892
(-) Constituição de reserva de contingência.....	-	22.097
(-) Excesso de dividendos do exercício.....	-	(22.973)
(=) Prejuízo remanescente.....	(133.356)	(1.340)

Em virtude do prejuízo líquido apurado no exercício, não há proposta da Administração para a destinação de lucros ou distribuição de dividendos.

28.4 Dividendo por Ação

O dividendo por ação distribuído antes dos ajustes ao resultado de 2024 (em milhares, exceto valor por ação) corresponde:

	2025	2024
Distribuição de lucro do exercício (a).....	-	29.892
Na forma de JCP.....	-	29.892
Na forma de Dividendo.....	-	-
JCP por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	-	0,76
Ação preferencial.....	-	0,84
Dividendo por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	-	-
Ação preferencial.....	-	-

(a) Dividendo obrigatório do exercício somado à proposta de dividendos adicionais, já distribuídos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2024.

Em virtude do prejuízo líquido apurado no exercício, não há proposta da Administração para a distribuição de dividendos.

28.5 Mutações das Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
		Ajustado
Saldo inicial das reservas de capital no início do exercício.....	364.188	387.130
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de subvenções para investimento.....	(133.356)	(22.942)
Saldo final das reservas de capital no final do exercício.....	230.832	364.188

28.6 Mutações das Reservas de Lucros

Em razão do prejuízo apurado em 2025, não houve constituição de reservas de lucros no exercício.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
		Reapresentado
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício.....	-	373.083
Constituição de reserva legal.....	-	2.735
Constituição de reserva para necessidade de caixa e investimento.....	-	22.097
Absorção de prejuízos acumulados com reserva para contingência.....	-	(123.488)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de recomposição de ativos.....	-	(222.387)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva legal.....	-	(52.040)
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício.....	-	-

28.7 Mutações de Outros Resultados Abrangentes

A movimentação ocorrida em outros resultados abrangentes reflete os resultados apurados nos subplanos BSPS, BD e CV do plano de previdência complementar Vivest-EMAE nos exercícios de 2025 e 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Saldo no início do exercício.....	114.266	42.865
Ajuste de elementos do Passivo		
Superávit (Déficit) Atuarial	(35.687)	71.401
Saldo no final do exercício.....	78.579	114.266

28.8 Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2025:

	Controladora e Consolidado
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.24.....	3.532
Crédito de IRRF sobre JCP pago a maior.....	120
Residuais anos anteriores.....	1
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.25.....	<u>3.653</u>

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

29.1 Conciliação da Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		Ajustado		Ajustado
RECEITA				
Cotas de energia elétrica	306.809	302.895	306.809	302.895
Suprimento de energia - leilão.....		-	49.515	47.371
Suprimento de energia - comercializadores	94	-	2.283	484
Energia de curto prazo - CCEE	395	3	2.340	1.291
Renda da prestação de serviços	3.645	6.254	3.645	6.254
Outras receitas.....	56.856	43.105	56.883	43.116
Receitas de construção.....	106.639	177.408	106.639	177.408
	<u>474.438</u>	<u>529.665</u>	<u>528.114</u>	<u>578.819</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(36.838)	(40.996)	(38.447)	(42.471)
PIS sobre receitas operacionais.....	(7.998)	(8.900)	(8.347)	(9.220)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(182)	(313)	(182)	(313)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.287)	(4.395)	(4.287)	(4.395)
	<u>(49.305)</u>	<u>(54.604)</u>	<u>(51.263)</u>	<u>(56.399)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	<u>425.133</u>	<u>475.061</u>	<u>476.851</u>	<u>522.420</u>

29.2 Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	746.651	1.025.149	306.809	302.895	746.651	1.025.149	306.809	302.895
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	-	143.169	49.515	47.371
Comercializadores.....	-	-	-	-	-	-	2.283	484
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	395	3	-	-	2.340	1.291
Total.....	746.651	1.025.149	307.204	302.898	746.651	1.168.318	360.947	547.453

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

29.3 Rendas da Prestação de Serviços

Receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Petrobras (UTE's) (a).....	-	2.720
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	3.645	3.534
	3.645	6.254

- Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga cujo término ocorreu em 27 de abril de 2024.
- Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

29.4 Outras Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cessão de Área (a).....	34.435	21.162	34.435	21.162
Usina São Paulo (b).....	17.906	17.205	17.906	17.205
Aluguéis.....	4.515	4.738	4.515	4.738
I-Rec (c).....	-	-	27	11
	56.856	43.105	56.883	43.116

- (a) Receita de Aluguel Usina Nova Piratininga;
- (b) Área adjacente à Usina São Paulo destinada a exploração comercial.
- (c) Comercialização de Certificados de Energia Renovável - Irec

30. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

30.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
		Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado
Encargos de uso da rede elétrica.....	(46.114)	(50.168)	-	-	-	-	(46.114)	(50.168)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.777)	(6.778)	-	-	-	-	(5.777)	(6.778)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.540)	(1.571)	-	-	(1.540)	(1.571)
Pessoal.....	(69.369)	(65.999)	(61.574)	(67.046)	-	-	(130.943)	(133.045)
Administradores.....	-	-	(19.031)	(6.806)	-	-	(19.031)	(6.806)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 21).....	(10.962)	(15.125)	(10.013)	(15.364)	-	-	(20.975)	(30.489)
Material.....	(1.409)	(2.571)	(1.292)	(1.747)	-	-	(2.701)	(4.318)
Serviço de terceiros.....	(57.165)	(61.639)	(86.088)	(34.599)	-	-	(143.253)	(96.238)
Depreciação/amortização	-	-	(13.266)	(5.982)	-	-	(13.266)	(5.982)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(15)	(24)	-	-	-	-	(15)	(24)
(-) Recuperação de despesa (a).....	-	-	9.275	848	-	-	9.275	848
Aluguéis.....	-	-	(7.850)	(7.521)	-	-	(7.850)	(7.521)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 22.1).....	57.110	(26.458)	-	-	-	-	57.110	(26.458)
Provisão para riscos fiscais.....	-	-	(109.741)	-	-	-	(109.741)	-
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	(194)	-	-	-	(194)	-
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	183	-	-	-	183
(-) Créditos PIS/COFINS.....	9.620	9.861	-	-	-	-	9.620	9.861
IPTU.....	(20.268)	(15.669)	-	-	-	-	(20.268)	(15.669)
Custos relativos a construção de ativos da concessão.....	(84.628)	(134.442)	-	-	-	-	(84.628)	(134.442)
Seguros.....	(8.638)	(1.187)	-	-	-	-	(8.638)	(1.187)
Condomínio.....	-	-	(1.535)	(1.070)	-	-	(1.535)	(1.070)
Perda estimada na realização de operações não recorrentes (b).....	-	-	-	-	(299.493)	-	(299.493)	-
Doações filantrópicas	-	-	-	-	-	(89)	-	(89)
Patrocínios incentivados e não incentivados	-	-	-	-	(2.043)	(1.262)	(2,043)	(1,262)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	235.871	31	235.871	31
Ajuste a valor justo (d).....	-	-	-	-	(135.089)	50.058	(135,089)	50,058
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.648	2.820	2,648	2,820
Encerramento do contrato UTP.....	-	-	-	-	-	(106.966)	-	(106,966)
Desmobilização Usina Termoelétrica Piratininga.....	-	-	-	-	(34.292)	-	(34,292)	-
Bens totalmente depreciáveis.....	-	-	-	-	-	(876)	-	(876)
Baixa de bens	-	-	-	-	(21.197)	-	(21,197)	-
Outras.....	(2.191)	(2.745)	-	-	(417)	-	(2,608)	(2,745)
Total.....	(239.806)	(372.944)	(302.849)	(140.675)	(254.012)	(56.284)	(796.667)	(569.903)

30.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
		Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado
Encargos de uso da rede elétrica.....	(46.809)	(50.858)	-	-	-	-	(46.809)	(50.858)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.777)	(6.778)	-	-	-	-	(5.777)	(6.778)
GSF (Garantia Física).....	(2.329)	(2.228)	-	-	-	-	(2.329)	(2.228)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.540)	(1.571)	-	-	(1.540)	(1.571)
Pessoal.....	(72.154)	(71.144)	(61.574)	(67.046)	-	-	(133.728)	(138.190)
Administradores.....	-	-	(19.031)	(6.806)	-	-	(19.031)	(6.806)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 21).....	(10.962)	(15.125)	(10.013)	(15.364)	-	-	(20.975)	(30.489)
Material.....	(1.460)	(2.646)	(1.292)	(1.747)	-	-	(2.752)	(4.393)
Serviço de terceiros.....	(59.475)	(64.150)	(86.088)	(34.599)	-	-	(145.563)	(98.749)
Depreciação/amortização.....	(4.483)	(4.515)	(13.266)	(5.982)	-	-	(17.749)	(10.497)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(15)	(230)	-	-	-	-	(15)	(230)
(-) Recuperação de despesa (a).....	-	-	9.275	848	-	-	9.275	848
Aluguéis.....	-	-	(7.850)	(7.521)	-	-	(7.850)	(7.521)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 22.1).....	57.110	(26.458)	-	-	-	-	57.110	(26.458)
Provisão para riscos fiscais.....	-	-	(109.741)	-	-	-	(109.741)	-
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	(194)	-	-	-	(194)	-
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	183	-	-	-	183
(-) Créditos PIS/COFINS.....	9.620	9.861	-	-	-	-	9.620	9.861
IPTU.....	(20.268)	(15.669)	-	-	-	-	(20.268)	(15.669)
Custos relativos a construção de ativos da concessão.....	(84.628)	(134.442)	-	-	-	-	(84.628)	(134.442)
Seguros.....	(8.638)	(1.187)	-	-	-	-	(8.638)	(1.187)
Condomínio.....	-	-	(1.535)	(1.070)	-	-	(1.535)	(1.070)
Perda estimada na realização de operações não recorrentes (b).....	-	-	-	-	(311.282)	-	(311.282)	-
Doações filantrópicas.....	-	-	-	-	-	(89)	-	(89)
Patrocínios incentivados e não incentivados.....	-	-	-	-	(2.043)	(1.262)	(2.043)	(1.262)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	235.887	31	235.887	31
Ajuste a valor justo (d).....	-	-	-	-	(135.089)	50.058	(135.089)	50.058
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.648	2.820	2.648	2.820
Encerramento do contrato UTP.....	-	-	-	-	-	(106.966)	-	(106.966)
Desmobilização Usina Termoelétrica Piratininga.....	-	-	-	-	(34.292)	-	(34.292)	-
Bens totalmente depreciáveis.....	-	-	-	-	-	(876)	-	(876)
Baixa de bens.....	-	-	-	-	(21.197)	-	(21.197)	-
Outras.....	(2.844)	(3.396)	-	-	(417)	-	(3.261)	(3.396)
Total.....	(253.112)	(388.965)	(302.849)	(140.675)	(265.785)	(56.284)	(821.746)	(585.924)

Descrição dos itens indicados na Nota 30.2 Custos de Operação e Despesas Operacionais por natureza:

- (a) Recuperação de valores de IPTU de exercícios anteriores relacionados ao contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga.
- (b) Referem-se ao reconhecimento contábil de perdas estimadas de créditos composto por: Letsbank, R\$ 143.818; Milos Participações, R\$85.903 e R\$ 97.692, controladora e consolidado respectivamente; Marino do Cabo, R\$ 26.285; Gafisa, R\$ 20.780; e tributos recuperáveis sobre aquisições, R\$22.707.
- (c) Indenizações recebidas em decorrência do encerramento do contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga da ordem de R\$ 226.219 somada aos recebimentos correspondentes a R\$ 9.652 em razão de desapropriações de imóveis da Companhia.
- (d) Variações relacionadas aos ajustes a valor justo de imóveis classificados como propriedades para investimento.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	Ajustado		Ajustado	
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	45.732	37.585	48.353	39.477
Outros ativos financeiros.....	19.188	-	20.978	-
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga	-	2.897	-	2.897
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	20.642	4.750	20.642	4.750
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(5.127)	(2.764)	(5.127)	(2.764)
Atualizações de Créditos Tributários.....	28.736	17.935	28.736	17.935
Outras.....	115	-	130	24
	109.286	60.403	113.712	62.319
Despesas				
Arrendamento Condomínio São Luiz - JK.....	(335)	-	(335)	-
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(2.889)	(197)	(2.911)	(198)
Juros sobre RGR.....	(138)	(224)	(138)	(224)
IOF.....	(1.017)	(59)	(1.032)	(59)
Outras.....	(55)	-	(55)	-
	(4.434)	(480)	(4.471)	(481)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	-	7.237	-	7.237
Ativo financeiro - Acordo Sabesp	6.739	7.019	6.739	7.019
Depósitos judiciais.....	5.852	3.652	5.852	3.652
Caução PMSP.....	76	-	76	-
	12.667	17.908	12.667	17.908
	117.519	77.831	121.908	79.746

32. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2025	09/05/2026	40.000	201
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	16/10/2025	16/10/2026	150.000	268
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2025	11/09/2026	1.078	7
Seguro Riscos Operacionais EMAE (d).....	03/12/2025	03/12/2026	295.531	6.392
Seguro Riscos Operacionais PPEN (e).....	15/04/2025	15/04/2026	147.862	530
Seguro Empresarial - Condomínio nova sede (f).....	01/07/2025	30/06/2030	3.408	46
Seguro Empresarial - Condomínio (g).....	01/08/2025	31/01/2026	6.489	1
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (h).....	19/01/2025	19/01/2026	736	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (i).....	12/04/2022	31/01/2026	7.998	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (j).....	30/11/2025	30/11/2026	40.367	4
Seguro Garantia Contrato Atuarial (k).....	22/05/2025	22/11/2026	459.433	2.488
			1.152.902	10.061

a) Responsabilidade Civil Geral

Cobre danos materiais e pessoais causados involuntariamente a terceiros no exercício das atividades da Companhia.

b) Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)

Cobre administradores e diretores contra reclamações decorrentes de atos de gestão praticados no exercício de suas funções. A apólice vigente até 23 de fevereiro de 2027.

c) Frota de Veículos

Cobre colisão, incêndio, roubo e danos materiais e pessoais referentes a 5 caminhões de propriedade da Companhia.

d) e e) Equipamentos de Geração - EMAE e PCH Pirapora

Cobrem danos decorrentes de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das instalações de geração da EMAE e da PCH Pirapora, respectivamente.

f) e g) Imóveis - Sedes e Condomínios

Cobrem os condomínios das unidades administrativas da Companhia, incluindo a nova sede no Edifício São Luiz.

h) Equipamento - Drone

Cobre danos ao drone de propriedade da Companhia.

i) Seguro Fiança - Sede Administrativa

Garante as obrigações locatícias referentes à sede administrativa.

j) Imóvel - Rua Augusta, 1.626

Cobre incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos no imóvel localizado na Rua Augusta, 1.626, São Paulo.

k) Garantia - Plano de Previdência Complementar PSAP/EMAEE

Seguro Garantia para um contrato de equacionamento do déficit atuarial da submassa BSPS do plano de previdência complementar PSAP/EMAEE.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
		Ajustado		Ajustado
Caixa e equivalentes de caixa.....	357.585	288.306	379.911	311.326
Aplicações financeiras.....	-	17.090	-	17.090
Revendedores.....	40.356	40.029	46.029	45.561
Outros créditos.....	13.173	11.020	6.391	2.786
Cauções e depósitos vinculados	61.423	60.816	61.897	60.820
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	115.628	98.536	115.628	98.536
Ativo reversível da concessão.....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	27.911	5.399	28.504	5.399
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.653	3.532	3.653	3.532

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada não possuem endividamento bancário.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 6). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Como medida de mitigação prospectiva, em dezembro de 2025, foi aprovada a Política de Investimentos Financeiros que limita as aplicações da Companhia a produtos emitidos por instituições financeiras com patrimônio líquido superior a R\$ 20 bilhões e rating AAA em escala nacional. A Política estabelece também limites de concentração por contraparte e procedimentos de monitoramento periódico da qualidade creditícia das instituições autorizadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 357.585 e R\$ 379.911, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 288.306, controladora, e R\$ 311.326, consolidado, em 31 de dezembro de 2024).

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.25	31.12.24
Ativo reversível da concessão (Nota 14).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 27.2).....	115.628	98.536
	311.002	293.910

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro – Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada estão alocadas em fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez diária, mensurados, respectivamente, pelo valor das cotas ou pelo valor dos títulos em 31 de dezembro de 2025.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2025, com CDI overnight de 14,90 % a.a.

	Saldo 31.12.25 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		14,90%	18,63%	22,35%
Controladora	357.503	53.268	66.585	79.902
Consolidado	379.829	56.595	70.743	84.892

	Saldo 31.12.25 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		14,90%	11,18%	7,45%
Controladora	357.503	53.268	39.951	26.634
Consolidado	379.829	56.595	42.446	28.297

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% a.a. mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.25 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,99%	12,59%	13,67%	14,75%
SABESP	115.628	14.558	15.806	17.055

	Saldo 31.12.25 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,99%	12,59%	11,51%	10,43%
SABESP	115.628	14.558	13.309	12.060

Boletim focus de 30 de janeiro de 2026

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	10.230	18.407	-	-	-	28.637
Dividendos/ JSCP	3.653	-	-	-	-	3.653
Total	13.883	18.407	-	-	-	32.290

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico prevista na Lei 13.203/2015, mecanismo pelo qual os geradores do Ambiente de Contratação Regulado optaram por transferir o risco hidrológico às distribuidoras em contrapartida do pagamento de prêmio.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

A ANEEL homologou a Receita Anual de Geração (RAG) para 2025-2026, Resolução Homologatória n.º 3.506/2025, com redução da GAG, parcela que remunera o custo da gestão de ativos de geração, de 2,21% em relação ao período anterior. Houve queda, pois, a revisão tarifária de 2024 promoveu a redução gradual do componente GAG Melhorias (ciclo 2023/2028) e a aplicação anual do redutor “fator X” do componente GAG O&M. Além disso, a Resolução definiu o Ajuste por Indisponibilidade - Aji positivo da ordem de R\$ 2,5 milhões para o ciclo em função do desempenho operacional.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	203.164	144.721	12.558	37.049	4.071	2.163		1.450	4.078	409.253
Porto Góes.....	4.782	4.745	297	1.086				39	110	11.060
Rasgão.....	4.033	3.987	264	1.148		331	168	35	100	10.067
	211.978	153.453	13.119	39.283	4.071	2.494	168	1.525	4.289	430.379

Fonte: REH 3.506/2025 Nota técnica n° 163/2025

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos localizados em regiões densamente habitadas e eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança de suas barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

g. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 1.064/2023 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens, das Inspeções de Segurança Regulares e Especiais, do Plano de Ação de Emergência e da Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares e rotineiras de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos programas de manutenções preditivas e preventivas.

Adicionalmente, a EMAE conta uma Coordenadoria de Segurança de Barragens, a qual é composta por engenheiros e técnicos (próprios e terceirizados) especializados em barragens, que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Riscos de Barragens

Tendo como referência a matriz de classificação de barragens, Anexo I da REN 1064/2023, as barragens fiscalizadas pela ANEEL são classificadas como A (maior risco), B (médio risco) e C (baixo risco), seguindo pontuação obtida através de critérios de classificação definidos. Tais critérios consideram:

- A Categoria de Risco (CRI), de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre; e

- O Dano Potencial Associado (DPA), que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais e o volume do correspondente reservatório.

Informamos que, de acordo com o Formulário de Segurança de Barragens (FSB), da ANEEL – Ciclo 2024, as estruturas da EMAE são classificadas como sendo de classes “B” ou “C”, não havendo nenhuma estrutura classificada como sendo de classe “A”.

h. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

i. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

j. Risco na operação e manutenção das balsas – Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

k. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 22 – Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMA E) e o Plano de Contribuição Definida (EMA E CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

35. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a. Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b. Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

c. Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

36. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2025, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			31.12.25
	31.12.24	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
	Ajustado			
Outros ativos financeiros	-	(63.000)	63.000	-
Mútuo com parte relacionada.....	-	(10.000)	10.000	-
Investimentos.....	(156.090)	29.558	(28.649)	(155.181)
Imobilizado.....	(119.584)	(9.991)	55.338	(74.237)
Intangível.....	(18.353)	(2.469)	1.571	(19.251)

	Consolidado			31.12.25
	31.12.24	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
	Ajustado			
Outros ativos financeiros	-	(73.000)	73.000	-
Mútuo com parte relacionada.....	-	(10.000)	10.000	-
Imobilizado.....	(256.442)	(12.487)	59.821	(209.108)
Intangível.....	(18.353)	(2.469)	1.571	(19.251)

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Aquisição do controle acionário pela SABESP

Em 21 de janeiro de 2026, a SABESP concluiu a aquisição do controle direto da Companhia mediante a transferência de aproximadamente 74,9% do capital votante. Nos meses subsequentes, a participação foi ampliada por meio da aquisição de ações preferenciais detidas pela Eletrobras e da aquisição indireta de ações ordinárias via Oceania Fundo de Investimento em Ações, atingindo aproximadamente 98,07% do capital votante e 79,31% do capital social total em 13 de março de 2026.

b. Eleição da nova Administração

Em 23 de fevereiro de 2026, Assembleia Geral Extraordinária elegeu nova composição do Conselho de Administração, presidido por Carlos Piani. Na mesma data, o Conselho elegeu a Diretoria Executiva formada por Rafael Costa Strauch (Diretor-Presidente), Pedro Borges Petersen (Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Administrativo), Valéria Silva Campos (Diretora Jurídica) e Fernando Luís Fernandes (Diretor de Operações).

c. OPA para ações ON por Alienação de Controle e por Aumento de Participação

Em 24 de abril de 2026, a SABESP comunicou à EMAE e ao mercado a solicitação à CVM para unificar a oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia em virtude da alienação direta do controle acionário ("OPA por Alienação de Controle"), sob análise da CVM, com uma OPA por aumento de participação acionária nos termos do art. 4º, §6º, da Lei nº 6.404/1976 e dos arts. 42 e seguintes da Resolução CVM nº 215/2024.

O preço por ação ordinária objeto da OPA foi estabelecido em R\$ 61,83, correspondente a 100% do preço pago pela SABESP na aquisição do controle acionário da EMAE em 21 de janeiro de 2026, atualizado pela taxa SELIC desde aquela data até a data de liquidação da OPA Unificada. A elaboração de laudo de avaliação foi dispensada nos termos do art. 21, inciso I, da Resolução CVM nº 215/2024, uma vez que o preço foi determinado com base no preço da aquisição de controle. Nos termos do art. 4º-A da Lei nº 6.404/1976 e do art. 21, §1º, da Resolução CVM nº 215/2024, iniciou-se em 24 de abril de 2026 o prazo de 15 dias para requisição de convocação de assembleia geral destinada a deliberar sobre eventual elaboração de laudo de avaliação no âmbito da OPA.

d. Incorporação de Ações pela SABESP

Em 24 de abril de 2026, a SABESP e a EMAE comunicaram ao mercado que suas respectivas administrações avaliarão a viabilidade de incorporação, pela SABESP, da totalidade das ações de emissão da EMAE não detidas pela SABESP, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/1976. Caso aprovada pelos órgãos de administração e pelos acionistas de ambas as companhias, a EMAE será convertida em subsidiária integral da SABESP e os acionistas da EMAE receberão ações de emissão da SABESP conforme relação de troca a ser negociada por comitês independentes, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35/2008. O objetivo da operação é a simplificação e otimização da estrutura societária, com consolidação das bases acionárias em uma única companhia.

Rafael Costa Strauch

Diretor-Presidente

Pedro Borges Petersen

Diretor Financeiro, de Relações com
Investidores e Administrativo.

Fábio Tonetto

Gerente do Departamento de
Contabilidade, Custos e Fiscal
Contador – CRC 1SP264253/O-4

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”) e de sua controlada Pirapora Energia S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, com composição definida em março de 2026, no exercício de suas atribuições previstas no art. 29 do Estatuto Social, na Resolução CVM nº 23/2021 e em seu Regimento Interno, procedeu ao exame das referidas demonstrações, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

No desempenho de suas funções, o Comitê avaliou a independência e a adequação dos serviços prestados pelos auditores independentes, acompanhou os trabalhos de revisão conduzidos ao longo do exercício e analisou, em conjunto com a Administração e os auditores, os fundamentos técnicos que suportaram a atualização da política contábil aplicável aos contratos de concessão das usinas em regime de cotas, com aplicação retrospectiva desde 1º de julho de 2018, bem como a constituição de estimativas relacionadas a ativos de recuperação incerta.

O Comitê registra que a referida atualização decorre de reavaliação técnica fundamentada na evolução do entendimento contábil e regulatório aplicável ao setor, especialmente à luz da Resolução Homologatória nº 2.421/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e de orientações interpretativas da Comissão de Valores Mobiliários, que reforçam a necessidade de alinhamento das práticas contábeis às características econômicas dos contratos de concessão. Nesse contexto, consigna-se que a alteração promovida configura uma mudança de política contábil voltada ao aprimoramento da qualidade, transparência e fidedignidade das informações financeiras, refletindo de forma mais adequada a substância econômica das operações da Companhia, em consonância com o contrato de concessão e com as normas contábeis aplicáveis.

Adicionalmente, o Comitê entende que a implementação dessa revisão no presente momento se mostra oportuna e adequada, à luz da evolução do ambiente regulatório, da mudança do controle societário e do aprofundamento das análises técnicas realizadas, representando atuação diligente e tempestiva da Administração no fortalecimento da qualidade da informação financeira e da Governança da Companhia.

O Comitê destaca, ainda, que os membros da Controladoria da Companhia reconhecem a relevância e a necessidade dessa adequação, entendendo que o novo tratamento contábil proporciona melhor representação das atividades desempenhadas, notadamente no que se refere à segregação e

mensuração das obrigações de desempenho associadas aos contratos de concessão.

O Comitê analisou a documentação técnica que fundamentou tais decisões, manteve interlocução com a Administração e com os auditores independentes, e conclui que o tratamento contábil adotado se encontra devidamente suportado, consistente com as normas aplicáveis e adequadamente divulgado nas demonstrações financeiras.

Com base na análise dos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos auditores independentes, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Comitê de Auditoria Estatutário recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

Fabio de Barros Pinheiro
Membro Independente e Coordenador

Daniel Alves Ferreira
Membro Independente

Marcelo Souza Monteiro
Membro Especialista

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia"), eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2026 e empossados na mesma data, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18 a 27 do Estatuto Social da Companhia e em cumprimento ao disposto no art. 27, § 1º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam: (i) com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Diretoria registra que conduziu, no exercício de suas atribuições estatutárias e a partir de sua posse em 23 de fevereiro de 2026, processo de revisão independente da posição patrimonial e das políticas e práticas contábeis da Companhia, com apoio de assessores especializados, cujos resultados estão integralmente refletidos nas presentes demonstrações financeiras, em especial na representação dos saldos comparativos aplicável aos contratos de concessão das usinas cotistas, com aplicação retrospectiva desde 1º de julho de 2018, e na constituição de estimativas de perda sobre ativos identificados como de recuperação incerta.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

Rafael Costa Strauch

Diretor-Presidente

Pedro Borges Petersen

Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Administrativo

Valéria Silva Campos

Diretora Jurídica

Fernando Luís Fernandes

Diretor de Operações

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Referente às demonstrações financeiras da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e sua Controlada Pirapora Energia S.A. de 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia"), instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026, no cumprimento das atribuições previstas no art. 163 da Lei nº 6.404/1976 e no art. 28 do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

No exercício de suas funções fiscalizadoras, o Conselho Fiscal manteve interlocução com a Administração da Companhia e com os auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., examinou os documentos colocados à sua disposição e tomou conhecimento dos efeitos da mudança de política contábil dos contratos de concessão e das estimativas de perda constituídas no contexto da revisão independente conduzida no exercício.

Os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

Com base no exame realizado, nos esclarecimentos prestados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, o Conselho Fiscal opina que os documentos examinados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Alexandre Pedercini Issa

Benny Kessel

José Rodrigo Furstenau Sabino

Sergio Barbosa Bessa Lopes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia" ou "EMAE"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indicam que os valores correspondentes de exercícios anteriores foram alteradas e estão sendo reapresentados pelos seguintes assuntos: (i) Ajuste ao valor justo de terrenos e (ii) Alteração na forma de mensuração do contrato de concessão. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Concessão (Receita anual de geração - RAG)

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 3.6 e 24 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços de geração de energia elétrica sob o regime de cotas, sendo remunerada pela Receita Anual de Geração (RAG). Essa receita destina-se a cobrir os custos de operação e manutenção (O&M), bem como investimentos em melhorias e ampliação de infraestrutura para os ativos de geração, conforme estabelecido no contrato de concessão e nas resoluções da ANEEL.

O reconhecimento da receita e dos ativos e passivos contratuais, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, requer o exercício de julgamento significativo sobre a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo, que ocorre à medida que a disponibilidade da infraestrutura é concluída.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esses assuntos significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia para o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como passivo contratual;
- Entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do passivo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza;
- Entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de ampliação e melhorias, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos recebidos;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados aos gastos com infraestrutura, bem como a avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº1.2 (reapresentação dos saldos comparativos). A nova Administração da Companhia reavaliou a forma de mensuração do contrato de concessão anteriormente adotada, promovendo alteração no respectivo reconhecimento contábil, os quais foram ajustados de forma retrospectiva.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento do contrato de concessão e as respectivas divulgações são satisfatórias no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Transações não usuais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.1, no exercício de 2025, a Companhia realizou transações de natureza não usuais, que envolveram pagamentos antecipados a prestadores de serviços, bem como alocações relevantes de recursos em ativos financeiros.

Considerando que tais transações foram realizadas fora do curso ordinário dos negócios, foi conduzida uma análise pormenorizada com o objetivo de compreender a natureza dessas transações não usuais, incluindo a avaliação da existência de substância econômica e a respectiva análise de recuperabilidade dessas transações.

Ademais, conforme divulgado em Fato Relevante em 24 de fevereiro de 2026, foi instaurado um processo de apuração interna, com o apoio de especialistas externos, com o objetivo de assegurar a adequada consistência técnica, bem como a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- O entendimento dos processos, controles internos e governança estabelecidos pela Administração para contratação e aprovação dessas transações;
- Realização de reuniões com a Administração, com foco em entender a natureza dessas transações;
- Revisamos as transações mediante inspeção de contratos, análise de documentação financeira e evidência apropriada e suficiente dos serviços prestados;
- Utilização de nossos especialistas internos, para revisão das apurações realizadas pela Companhia e seus respectivos especialistas externos, considerando a metodologia aplicada e a abrangência das avaliações;
- Obtenção de representação da Administração da Companhia e da governança, a respeito das conclusões sobre as referidas transações;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, em relação ao processo de controle internos, as transações não usuais tiveram falhas significativas no processo de definição de alocação dos recursos financeiros e das contratações dos prestadores de serviços, respectivamente. Mediante a identificação de tais falhas, efetuamos o recesso dos riscos atribuídos em nosso planejamento de auditoria e reavaliamos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria, elevando o risco nos testes planejados para obtenção de evidência suficiente e apropriada. A Companhia constituiu provisão contábil para perda de todos esses ativos, além de reconhecer os respectivos efeitos tributários relacionados ao tema.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis à metodologia das apurações realizadas pela Administração em conjunto com os especialistas externos, bem como o tratamento contábil e tributário sobre esses assuntos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado - informação suplementar

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reapresentação do balanço patrimonial, em 1º de janeiro de 2024

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024 (originado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), foram preparados antes dos ajustes conforme descrito na Nota Explicativa nº4, e conduzido sob a responsabilidade de um outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de fevereiro de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na referida nota explicativa, que foram realizados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8